

Projeto Rondon - Primeira Fase (1967-1989): Participação UFRGS

Eduardo Klock Frank

Bacharel em História / UFRGS

O presente texto visa produzir um resgate histórico da extensão universitária no Brasil durante o regime militar até a abertura democrática durante o governo José Sarney no que tange ao Projeto Rondon em sua primeira fase, isto é, entre 1967 e 1989; bem como a relação deste projeto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no seu contexto estadual e nacional. Para tanto, além da bibliografia pertinente, buscou-se relatórios do período, relatos escritos e entrevistas de história oral, algumas realizadas pelo próprio Núcleo Rondon UFRGS.

Palavras-chave: Projeto Rondon, UFRGS, extensão universitária, ensino superior, regime militar.

Introdução

Se pretende aqui retomar a História da extensão universitária brasileira no Projeto Rondon em sua primeira fase (1967-1989) no contexto da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para isso, procurou-se levantar informações e bibliografias pertinentes. Encontrou-se alguns relatórios e documentos de época do e sobre o Projeto Rondon, bem como entrevistas com participantes realizadas pelo Exército Nacional e por Adolar Koch¹. O próprio Núcleo Rondon UFRGS, realizou entrevistas com participantes do Projeto Rondon no referido período. Além disso, podemos acrescentar os relatos escritos de rondonistas como no livro “Aventura na Amazônia” ou no levantamento de informações sobre o Projeto Rondon feito por Esther Oriente (2004)². Devido escassez de fontes documentais³ e de bibliografia, necessitávamos buscar novas informações pela metodologia da história oral⁴, entrevistando antigos rondonistas, se utilizando de entrevistas semiestruturadas, bem como ter contato com

¹ Em sua pesquisa de doutorado sobre a disciplina de EPB na UFRGS.

² Percebemos tanto nos relatos de rondonistas em “Aventuras na Amazônia” quanto no livro de Esther Oriente a bibliografia citada, porém não no corpo do texto, como também algumas referências no texto e mesmo reproduções relativas a documentos, notícias e dados abordados.

³ Segundo o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues (WOLFF, 2007, p. 322), os arquivos do Projeto Rondon teriam sido destruídos, após longo tempo de abandono e descaso; já segundo Scorza (2018, p. 46-48), ela teria a informação que se localizariam tanto na FUNAI (arquivo fotográfico) quanto na Gerência Regional de Pessoas de Órgãos Extintos (arquivo de pessoal).

⁴ Para uma discussão sobre a área de pesquisa de História Oral, ver *Usos e abusos da história oral* organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2015). Tal campo parte da ideia central de podermos realizar pesquisas em História a partir de registro por meio de relatos orais sobre o passado, obtidos metodologicamente por pesquisadores para fins específicos de análise.

a literatura não-acadêmica que aborda o período; ainda que essa porte certo grau de formalização e preocupação metodológica, como no caso do livro “Aventura na Amazônia”, do levantamento feito por Esther Oriente em “Projeto Rondon - Integrar para não Entregar” ou de trecho selecionado do livro do professor da UFRGS Jorge Alberto Buchabqui, em “A imigração sírio-libanesa pelas memórias de Tanous”. No que se refere ao Tomo Um do resgate de história oral feito pelo exército brasileiro, foi lido por inteiro para esse levantamento, bem como entrevistas de outros tomos envolvendo figuras ligadas diretamente à UFRGS, como funcionários e professores. Tais entrevistas foram e são de grande valia, em especial para esse trabalho.

O Início do Projeto Rondon

O Projeto Rondon surgiu a partir da iniciativa do professor Wilson Choeri, junto de outros professores do Estado da Guanabara, após uma provocação feita por militares em 1966, a Choeri que se solidificou no texto “O militar e a sociedade brasileira”. Havia uma preocupação com a agitação política estudantil, bem como com suas demandas, gerando um quadro visto como problemático para o Governo Militar. Entendia este de a insatisfação estudantil ser canalizada para a “subversão da juventude”, havendo, porém, vozes como a do professor Wilson Choeri que percebiam legitimidade em muitas das suas demandas, devendo a universidade aproximar-se da sociedade brasileira e de algum modo a atender e auxiliar. Ao mesmo tempo, foi percebida, segundo Choeri, uma capacidade dos militares para adaptação e compreensão de problemáticas decorrente da sua alta mobilidade no país, se defrontando com uma ampla infinidade de quadros e situações sociais. Desse modo, na Universidade da Guanabara, em parceria com outras, surge a iniciativa de levar estudantes para o Território de Rondônia com o apoio do exército para promover o desenvolvimento local, sob o lema “Integrar para não entregar”, em um curto espaço de tempo, utilizando-se para isso alojamento em recintos militares. Havia uma grande preocupação na época com a região Amazônica devido a seu baixo controle pelo poder civil, bem como a uma penetração diminuta do Estado Nacional. Isso era agravado por medos ligados à geopolítica mundial em que a Amazônia poderia ser um foco de interesses supranacionais. Igualmente, percebia-se uma grande carência econômica e social na região citada. Desse modo, a ação da Universidade do Estado da Guanabara pretendia promover o desenvolvimento local, de

acordo com o plano e a visão desenvolvimentistas do regime da época. A ação revelou-se um sucesso, sendo denominada como “Projeto Rondon” e batizada de “Operação Zero”⁵.

Implementação do Projeto Rondon nos Anos Iniciais

Houve certa resistência inicial de parte do governo em estabelecer um projeto nacional que levasse estudantes universitários, um dos principais grupos que opoicionistas ao governo, a regiões com sérios e graves problemas sociais e de baixa penetração e controle do Estado⁶. Porém, por ação midiática a favor do Projeto após a primeira operação, conforme organizadores, manteve-se a proposta^{7 8}. Havia certa expectativa de que o Projeto Rondon direcionasse a insatisfação estudantil para a promoção do desenvolvimento nacional, em consonância com os objetivos do regime.

Por outro lado, a Amazônia era um foco governamental em seu plano desenvolvimentista. Entretanto, existiam inúmeras carências que precisavam ser sanadas. O Projeto Rondon seria uma forma de atuar a favor do desenvolvimento e da ocupação local⁹. Por outro lado, a partir da visão dos militares, havia o entendimento do Projeto Rondon de ter um caráter estratégico de combate à miséria e defesa da Amazônia.

Outro ponto de importância no estabelecimento do Projeto Rondon refere-se à consolidação da extensão no campo universitário brasileiro. O Projeto Rondon caracteriza-se como a maior ação extensionista já ocorrida no país. O regime militar, em particular, preocupou-se em criar nas universidades um caráter extensionista, estabelecendo-o como obrigatório junto da pesquisa e do ensino. Havia uma preocupação em inserir a extensão nas universidades. A extensão universitária, no período, tratava-se de experiências incipientes e isoladas, ainda que

⁵ O nome era uma homenagem ao sertanista e militar Marechal Rondon, que cartografou o Território de Rondônia e buscou produzir um modelo de integração e desenvolvimento nacional ligado à região amazônica.

⁶ Conforme MOTTA *apud* SPIAZZI (2011), o Projeto Rondon poderia não ter tido continuidade quando da Operação III devido a temores do governo militar em relação aos movimentos políticos da época. Entretanto, teria se dado um voto de confiança ao programa rondonista.

⁷ Influiu para isso, inclusive, uma crônica da famosa escritora Rachel de Queiroz, transmitida pela Rádio do MEC (RODRIGUES, 2006, p.75).

⁸ Segundo visão de organizador (RODRIGUES, 2006), esse apoio midiático foi espontâneo. É do desconhecimento desse levantamento algum tipo de gasto governamental em mídia na Operação Zero (que recebeu amplo apoio midiático e isto foi posto como o que pressionou o governo central a manter as ações). Porém, a partir da Operação I, podemos já verificar um gasto significativo com mídia. Rosenbaum (1971, p.189). Estima-se em um bilhão de cruzeiros gastos com mídia na Operação I do Projeto Rondon, que sucedeu a Operação Zero. Penso que seria interessante se fosse investigado como e por quais motivos houve o interesse da mídia em apoiar a Operação Zero divulgando seus resultados. Do que lemos nas entrevistas organizadas por MOTTA (2006), isso foi fator de pressão sobre o governo no período para manter as iniciativas. Como, afinal de contas, poderia ter ocorrido essa espontaneidade na divulgação das ações?

⁹ Também, certos idealizadores do Projeto Rondon tinham a pretensão de fazê-lo evoluir nacionalmente para um Serviço Civil Obrigatório em paralelo ao Serviço Militar, mas nunca implementado no Brasil (RODRIGUES, 2006, p.58-59).

gradativamente sendo adotadas pelas universidades, com um caráter pouco claro e definido. Igualmente, ligava-se a uma demanda de movimentos políticos universitários, em que cita-se o movimento estudantil e a articulação da UNE para tanto. O governo atendeu tal demanda, buscando dar um caráter pragmático para seus objetivos nacionais, tomando por modelo a extensão típica norte-americana, de prestação de serviços. O Projeto Rondon insere-se, desse modo, como a grande experiência durante o período militar da extensão brasileira, sendo a política por excelência do diálogo entre as universidades e a sociedade brasileira no período no que tange à extensão. A incorporação da extensão nas universidades públicas brasileiras está fortemente ligada à criação e ao desenvolvimento do Projeto Rondon entre 1967 à 1989, ainda que muitas vezes houve um desinteresse das gestões universitárias para com o Projeto. Podemos colocar o Projeto Rondon em paralelo a outras experiências da época advindas do regime, como no caso do CRUTAC (Centro Rural de Treinamento) e da preocupação com a incorporação efetiva, por parte do governo, da extensão universitária como atividade a ser desenvolvida e estimulada.

Configuração do Projeto Rondon

O Projeto Rondon foi um grande laboratório da extensão universitária. Não há grande clareza em todo seu modelo de ação devido a sua constante reformulação¹⁰. Conforme seu desenvolvimento, foram criadas novas frentes de ações e outras finalizadas após certo período. Podemos falar das Operações Nacionais, formalizadas em 1968 na Operação I (sucessora da “mítica” Operação Zero). Logo em seguida, ainda em 1968, haveria as Operações Regionais, uma forma de possibilitar maior participação estudantil a ações locais sem demandar altos custos de deslocamento (no caso das Operações Nacionais, geralmente isso era feito por aviões da FAB). Estabeleceu-se das Operações Nacionais ocorrerem nas férias universitárias de verão (janeiro e fevereiro) e as Operações Regionais nas férias de inverno (julho). Surgiram, posteriormente, as Operações Especiais, ocorridas em todo ano, que se realizavam por meio de convênios público-privados e demandas externas encaminhadas à Fundação Projeto Rondon, surgida em 1970 como estrutura do Ministério do Interior (depois autonomizada como Fundação, ainda que debaixo de seleção da sua Coordenadoria Nacional pelo MINTER, Ministério do Interior, em 1975). Além disso, cabe citar os Campi Avançados, criados a partir de 1969, em que as universidades faziam convênios com o Projeto Rondon junto de prefeituras para a criação de Campi em regiões carentes do interior brasileiro, em

¹⁰ Vemos também o Conselho de Reitores alegar afirmação semelhante referente aos Campi Avançados de serem antes uma estratégia que programa de interiorização da universidade no Brasil (MEC, 1980).

especial na Amazônia, onde se realizaria ações extensionistas durante todo o ano, com revesamento mensal de equipes de estudantes e professores, debaixo da supervisão do Diretor do Campus Avançado e de um Grupo de Trabalho Universitário (GTU) ligado ao staff da universidade, que faria a seleção dos estudantes e professores ¹¹.

As Operações do Projeto Rondon ocorriam por intervenções pontuais de um determinado número de dias (nas nacionais, aproximadamente 30 dias) por meio do voluntariado estudantil, em que universitários e secundaristas de colégios técnicos poderiam participar, devendo ser supervisionados por um monitor para cada grupo em que eram divididos ¹². A proporção era de aproximadamente um monitor a cada quatro a dez alunos ¹³. Os monitores eram selecionados de alunos que tinham participado de Operações anteriores com destaque. As Operações Nacionais ocorriam frequentemente em locais de atuação do exército, com seus batalhões fornecendo alojamento. Já as Operações Regionais e Especiais ocorriam por meio de convênios locais em que se previa a concessão de alojamento e alimentação aos estudantes. Dessa forma, as Operações Nacionais articulavam-se também com o Exército Brasileiro. As Operações Nacionais eram coordenadas, tanto na ação quanto no planejamento, por canal de radiotransmissão próprio do Projeto Rondon. Durante as Operações Nacionais era montada uma equipe de plantão que ficava 20 horas por dia acompanhando a Operação Nacional ¹⁴, Já durante o planejamento, havia uma intensa coordenação com as prefeituras locais, reunindo-se com as autoridades de onde se fariam as Operações Nacionais. Igualmente, os estudantes seriam preparados a respeito de onde atuariam com antecedência. Por outro lado, deslocava-se propositalmente estudantes para regiões afastadas das suas de origem a fim de promover a integração nacional, tanto dos estudantes quanto das pessoas da comunidade atendida.

Em relação à Fundação Projeto Rondon, eram cedidos funcionários ligados ao Ministério da Educação e das universidades. Houve um crescimento ao longo do tempo da estrutura

¹¹ Havia, a princípio, ao menos um representante discente em cada Campus Avançado (ORIENTE, 2004, p.40). Também a permanência estudantil podia ser prolongada (ORIENTE, 2004, p.49-50).

¹² Segundo Pasquali (2006, p.192), o estudante atuava como voluntário, porém, tinha todas suas despesas pagas. Entretanto, sabemos da existência de verbas de custeio na Operação III para viagem (LIU et al, 2008), o que é totalmente possível conciliar com a ideia de tal verba ser para custeio, porém, não se tratava de uma remuneração.

¹³ Quanto às Operações do Projeto Rondon ocorrerem em campo apenas com estudantes, isso, apesar de regra, chegou a ser repensado e refletido posteriormente. Sabemos que em 1978 seis professores em Alagoas atuaram em conjunto com estudantes em Operação Regional (ORIENTE, 2004, p.178).

¹⁴ Igualmente, não somente para o planejamento e para a ação das Operações Nacionais, tal radiotransmissão servia de canal de comunicação entre os Campi Avançados, Universidades e as coordenações do Projeto Rondon (PASQUALI, 2006, p.193). A formalização da rede de radiotransmissão do Projeto Rondon deu-se em 1973, possivelmente a partir do que depreendemos da bibliografia lida, com a fundação da Granrondon (Grémio de Radioamadores do Projeto Rondon) (ORIENTE, 2004, p.36-37). Temos, porém, a notícia de já ser utilizada a radiotransmissão nas Operações desde pelo menos a Operação III Nacional (LIU et al., 2008).

burocrática do Projeto Rondon, particularizando-se em Coordenadorias Nacional, Estaduais e Regionais. Tais Coordenadorias eram responsáveis tanto pela seleção dos estudantes, pela criação de Grupos de Trabalho Universitário (GTUs) com professores universitários, quanto pela articulação dos convênios com as prefeituras e organizações locais das regiões de atuação das Operações (Nacionais, Regionais e Especiais). Tais coordenadorias eram geralmente chefiadas por professores universitários locais, sendo dois terços dos coordenadores estudantes¹⁵. Por outro lado, os Campi Avançados ligavam-se às estruturas das universidades, porém, tendo suas verbas doadas pela Fundação Projeto Rondon. Eram firmados também convênios (delimitados por certo período de anos) entre universidades e prefeituras para a criação de cada campus avançado¹⁶. No caso particular da UFRGS, foi articulado convênio com o Governo do Território Federal de Rondônia para a criação do Campus de Rondônia, em Porto Velho, entre 1971 até 1979, ano no qual se renovou o convênio sem mais a presença da UFRGS e sim da UFMT¹⁷. Há, nos entremeios da realização do Projeto Rondon, inúmeros tipos de ações, algumas continuadas e outras extinguidas durante a existência do Projeto. Pode-se falar nas Operações Estaduais (existentes somente durante dois anos, visavam a dar continuidade a ações pontuais das outras Operações)¹⁸, nas viagens de estudos¹⁹, nos seminários de estudos integrados, nas ações

¹⁵ Isso, porém, se contrapõe a críticas que colocam o Projeto Rondon como eminentemente autoritário, um programa criado para fins de alienação e doutrinação estudantil. Se pensarmos, particularmente, na dificuldade atual dos estudantes serem representados nas decisões universitárias, isso fica mais contrastante.

¹⁶ Segundo o Conselho de Reitores (MEC, 1980), esses convênios seriam com duração de 5 anos, a princípio.

¹⁷ Há, porém, informações a partir de entrevistas (MOTTA, 2007) realizadas como resgate de Memória do Projeto Rondon, da UFRGS ter acabado com o programa de seu campus Avançado em 1976 (WOLFF, 2007, p.321-322; LINHARES, 2007, p.335)

¹⁸ Quanto a estas, temos a informação de Oriente (2004, p.133-134):

Para que houvesse continuidade no trabalho das Operações Nacionais e Regionais, durante o ano letivo, foi necessário implantar a Operação Estadual, com a finalidade de diminuir o espaço de tempo em que os estudantes se afastavam dos locais de atividades.

De início, entraram 150 municípios, levando-se em conta as diversas características fundamentais de seleção como: municípios carentes, municípios que ofereciam melhores condições para receber os universitários, e outras.

Nas Operações Estaduais, congregavam-se estudantes universitários do próprio Estado [*estado? nota do autor*], no 1º e 2º semestres, atuando cada equipe durante quatro finais de semana consecutivos, contando ainda com a colaboração de professores que participavam das diversas atividades dos programas de áreas prioritárias.

Cada plano de atuação era elaborado para um semestre, para evitar possíveis modificações nas programações de cada comunidade.

A cada Direx cabia a elaboração do Plano de Atuação, através de um técnico do Grupo Executivo de Áreas prioritárias, ainda monitores e professores que participavam das atividades da Operação Estadual.

Quanto à participação, tinham direito os alunos matriculados nos dois últimos anos escolares, em equipes multiprofissionais em número de vinte, mais ou menos, inclusive o monitor. O treinamento tinha a duração de oito horas, quando o estudante recebia todas as instruções do Plano de Atuação, além de informações detalhadas sobre as comunidades, filosóficas e objetivos do Projeto Rondon.

As equipes, sempre renovadas, com o mesmo monitor.

Quanto às inscrições obedeciam o mesmo critério adotado para as Operações Nacional e Regional.

comunitárias²⁰, nos trabalhos técnicos com órgãos e nos estágios remunerados (existentes durante quatro anos)²¹. Em 1981, já se contabilizava pelo menos 740.867 pessoas de alguma forma tendo se envolvido com o Projeto Rondon, seja como aluno, professor ou de outro modo. Devemos citar também os Centros de Atuação Permanente que buscavam reproduzir o modelo de assistência e extensão dos Campi Avançados nas regiões locais das Universidades. No caso de Porto Alegre, havia um Centro de Atuação Permanente no bairro Bom Jesus, surgido pela iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), estabelecendo parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pode-se citar, por exemplo, ação feita de colocação de rede hidráulica junto de moradores na região devido a presença de tal Centro de Atuação Permanente. Além desse, sabemos que no Rio Grande do Sul houve a criação, em 1981, de um Centro de Atuação Permanente em Santo Antônio da Patrulha²².

Com relação à escolha do monitor, cada município tinha um que era o Coordenador de todas as equipes do município, que se incumbia de toda e qualquer atribuição.

O técnico do Direx ficava encarregado da supervisão, e ajudado por um professor, com atribuições diferentes: o primeiro, responsável pelas operações, atividades, apoio logístico, etc. O segundo, a supervisão restrita aos aspectos técnicos de execução dos projetos. Uma vez a cada mês o município recebia a visita de um técnico e de um professor e em semanas alternadas.

A Direx era responsável pelo transporte, geralmente feito por ônibus.

Quanto à avaliação, esta era feita através dos participantes e da comunidade, geralmente com relatórios da equipe, cujos subsídios eram utilizados nos demais planejamentos. A comunidade incumbia-se da crítica.

¹⁹ Temos pouca clareza a respeito, porém, encontramos a seguinte referência (ORIENTE, 2004, p.198):

A necessidade de promover uma articulação efetiva do Projeto Rondon com as instituições de ensino superior fez nascer o subprograma de Viagens de Estudos, que eram realizados em qualquer época do período letivo, com a participação dos departamentos e coordenações de cursos das universidades, possibilitando conhecimento, por parte dos estudantes, dos principais empreendimentos técnico-científicos desenvolvidos no país, além de permitir a participação de professores na orientação técnica e no acompanhamento dos universitários no subprograma em questão.

²⁰ Segundo Myriam Moreira (2006, p.267-269) eram ações promovidas junto às comunidades com o fim assistencial que produzisse resoluções de problemas dessas, mobilizando agentes sociais locais com a ajuda de agentes externos ou técnicos como, por exemplo, estudantes ou professores. Não ficou claro a partir de levantamento bibliográfico que fizemos sobre o Projeto Rondon do funcionamento e das atividades das ações comunitárias.

²¹ Em relação aos estágios remunerados em órgãos públicos, temos a informação de Oriente (2004, p.123):

O Projeto Rondon, dentro de suas finalidades, proporcionou oportunidade ao estudante de conviver mais intimamente com a máquina governamental, pois, cabia a ele cuidar do futuro da Pátria, não só profissionalmente falando, como também conhecendo os problemas sociais, englobando o problema político. Ainda propiciou, através de estágio remunerado, condições para que o universitário tivesse melhores recursos financeiros no custeio de seus estudos, caríssimos, principalmente para livros e anuidades.

Para solucionar parte deste problema, propôs a Fundação:

- a) reestruturar inteiramente o Programa, mudando inclusive a denominação e buscando sua identificação com o programa de bolsa para o trabalho;
- b) caracterizar o estágio remunerado como “bolsa de complementação educacional”, embora promovendo ações para, na medida do possível, compatibilizar a atuação com a formação profissional do estudante; restringir a participação do programa a universitários.

(...)

²² Temos uma série de informações sobre o crescimento do Projeto Rondon durante sua primeira fase (1967-1989), para além dos já citados. Em 1975, houve a declaração de Ney Braga (ORIENTE, 2004, p. 114): “(...) proporcionalmente ao número de universitários existentes no Brasil, cerca de um milhão, os 30 mil que

Sobre as Operações Regionais, cabe salientar que surgiram diante do problema da falta de vagas para a superoferta de estudantes que desejavam participar do Projeto Rondon e da descontinuidade das ações, bem como depois serviram como critério para a escolher estudantes que participariam das Operações Nacionais, sendo necessário ter feito parte de uma Operação Regional anteriormente. A Operação Regional II, por outro lado, também foi usada como laboratório para se pensar ações sem viés assistencialista, mas que mantivessem certa continuidade e impacto, além de ter inspirado a se criar a nova frente de ação dos Campi Avançados.

Campi Avançados e Interiorização da Mão-de-Obra

A criação dos Campi Avançados, em 1969, marca um ponto chave da interiorização das universidades públicas no contexto nacional. Por iniciativa ligada a diálogos entre o reitor da UFSM e militares, junto de críticas estudantis, surgem, em 1969, três Campi Avançados do Projeto Rondon na região amazônica: de Roraima em Boa Vista, ligado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), de Tefé no Amazonas, ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e de Parintins no Amazonas ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O objetivo era criar espaços de atuação das universidades em regiões carentes e afastadas do país, em que se revezassem equipes de acadêmicos e professores em ações em prol das comunidades locais, trazendo desenvolvimento regional. A cada mês²³ revezavam-se alunos e professores, mantendo-se uma equipe mínima, porém, de profissionais ao longo do ano a fim de organizarem as ações acadêmicas e cumprirem as funções administrativas ligadas aos Campi. Os Campi Avançados surgiram a partir de críticas dos estudantes universitários nas operações anteriores do Rondon (Zero, I, II e III) da falta de continuidade e do caráter assistencialista das ações realizadas, em que estudantes se deslocavam para regiões diversas e permaneciam apenas 35 dias, deixando as regiões desassistidas no restante do ano. Essa, aliás, foi uma crítica levantada ao Projeto Rondon ao longo de sua existência, ainda que se veja pelo menos já em documentos de 1972 ser citado de que devia-se evitar um caráter assistencialista no programa. Tal caráter assistencialista também tinha um sentido emergencial, de sanar deficiências graves existentes na realidade

participaram das Operações do Projeto Rondon, no ano passado, representam muito pouco”. Sabemos, além disso, que até 1975 já haviam participado mais de 80.000 universitários em 20.000 municípios no Projeto Rondon (ORIENTE, 2004, p.98). Já em 1978, temos o registro de terem se envolvido quase 160 mil estudantes nas ações daquele ano no Projeto Rondon (ORIENTE, 2004, p.186).

²³ Temos a informação, porém, de tal revezamento estudantil pela estadia de 20 dias nos Campi Avançados (CORREIO BRAZILIENSE *apud* ORIENTE, 2004, p.305).

nacional, buscando ser superado, segundo organizadores ²⁴. As carências emergenciais deviam ser sanadas, porém, planejando-se em conjunto ações de efeito a longo prazo ²⁵.

Os Campi Avançados surgem como uma nova experiência extensionista do Projeto Rondon, de modo a interiorizar as ações das universidades brasileiras, bem como dar continuidade às ações, além de fornecer estágios aos estudantes universitários que poderiam durante um mês permanecer nos Campi sem sofrerem prejuízo acadêmico algum, ainda que tenha havido frequente resistência das universidades em relação a esta questão, por exemplo, com professores desrespeitando o direito do estudante de poder fazer suas provas posteriormente ²⁶. Criou-se mais tarde a política de interiorização da mão-de-obra a partir dos Campi Avançados, em que o Estado Brasileiro facilitava a estabilização e empregabilidade nas regiões de atuação dos alunos. Isso foi de suma importância para regiões periféricas do país ao ser inseridos em tais locais profissionais qualificados. A interiorização do Estado Brasileiro foi um *leitmotiv* no Projeto Rondon. Os Campi Avançados articulavam diferentes instituições e órgãos: as universidades públicas, a Fundação Projeto Rondon (que os mantinha indiretamente via as universidades responsáveis), órgãos regionais de desenvolvimento, entidades públicas locais e prefeituras. Procurava-se promover a diversidade regional e cultural através de convênios para a criação de Campi Avançados com universidades de regiões distantes entre si geograficamente. A ideia era promover a integração e o desenvolvimento nacional em que os Campi Avançados tinham uma função estratégica, em especial no Estado do Amazonas, em que havia a cobertura de ações dos Campi Avançados em todo ele. Quando a universidade conveniada não detinha o quadro de profissionais necessário para atender com alguma especialidade a região do Campus a ser criado, era estabelecida parceria com mais outra universidade. Os Campi Avançados articulavam também

²⁴ Desde a Operação I teria se começado a pensar reformulações do Projeto Rondon, segundo Rodrigues (2006), para evitar a prática de puro assistencialismo. Temos o relato de Wilson Choeri (2006, p.40-41) sobre o consenso entre estudantes de tomarem medidas tanto preventivas quanto paliativas nas ações. Havia, por exemplo, doenças graves decorrentes de problemas sociais que deviam ser tanto sanadas no plano imediato como a longo prazo da prevenção.

²⁵ Muito do que se criticou no Projeto Rondon referente ao assistencialismo talvez tenha menos relação com o Projeto do que com o contexto do período em que os rondonistas deparavam-se com situações calamitosas que precisavam de resoluções práticas e emergenciais. O Projeto Rondon assumia, muitas vezes, o caráter de serviço de assistência social (MOREIRA, 2006). Segundo entrevista que obtivemos de Ângela Iahnig (2018), esta cogita que o final do Projeto Rondon, em 1989, ligou-se a disputas de verbas com a criação da SEAC, novo órgão governamental destinado para a assistência social.

²⁶ Por outro lado, contraditoriamente, temos o relato de Pasquali (2006, p.198-199) que vê uma adesão com entusiasmo e até mesmo total das universidades ao projeto dos Campi Avançados. Já, no caso da UFRGS, se levarmos a sério Wolff (2007, p.334-335), houve visões apáticas e contrárias ao Projeto Rondon, em que a proposta não teria sido absorvida por uma parte significativa da comunidade acadêmica. É de se pensar, então, que talvez possa ter tido um grande entusiasmo de certa parcela universitária para com o Projeto Rondon e a rejeição por outra. Acrescenta-se a isso conflitos que haviam entre os currículos e os estágios mensais nos Campi Avançados (MEC, 1980, p.22).

parte das Operações Nacionais, isto é, as ações que seriam feitas nas regiões dos Campi com os estudantes se alojando em seus espaços.

Havia a preocupação em gerar uma avaliação contínua, bem como a reformulação das ações em benefício da comunidade, consultando autoridades e figuras de importância local, tidas como representantes das comunidades atendidas²⁷. As avaliações realizadas pelos Campi Avançados nem sempre gerariam resultados evidentes de grandes mudanças em suas ações devido às dificuldades decorrentes da alta rotatividade de profissionais nos Campi, bem como a possivelmente ter-se limitado as avaliações a figuras proeminentes locais como representantes dos interesses dessas. Todavia, seria precipitado julgar as ações dos Campi Avançados sem grandes mudanças visto a brevidade de suas existências (1969-1985) e as contínuas reformulações que sofreram em seus 16 anos de vida, buscando em seus últimos anos um modelo de funcionamento e de ação muito mais consciente e implicado socialmente. As experiências de alguns Campi Avançados foram tão exitosas que acabaram por se transformar em universidades após suas desativações (como é o caso do Campus de Roraima e de Cáceres) ou inspirar à criação de políticas internas de interiorização de universidades federais (como no caso da Universidade Federal de Goiás - UFG com os Campi de Jataí e Catalão), independentes do Projeto Rondon, tomando o modelo dos Campi Avançados como política de expansão. Igualmente, percebeu-se muitas manifestações das comunidades atendidas pelos Campi Avançados contra a sua extinção e fechamento, bem como Monteiro (1980) aponta grande satisfação das comunidades atendidas com ações dos Campi Avançados, mesmo que isso possa ser relativizado se pensarmos em haver uma possível relação de dependência da comunidade com os Campi, criando uma postura de passividade acrítica naquela. No total, foram fundados 23 Campi Avançados na história do Projeto Rondon, o que pretendia-se expandir em número não fossem as mudanças das políticas públicas.

A “Fase Heroica” do Projeto Rondon (1967-1970) e seu Contexto Histórico

Uma das grandes reformulações ocorridas no Projeto Rondon ao longo do seu funcionamento foram suas áreas de atuação. De início, na Operação Zero, planejava-se focar na região amazônica de modo a integrar no Estado Nacional. Porém, já nos anos iniciais, chamados de “Fase Heroica”, houve uma diversificação nas Operações ao se criar as Operações Regionais (desde a Operação II) e na criação de Campi Avançados para além da região amazônica. O

²⁷ Vemos também a busca por diálogo com a comunidade em relatos de professores da UnB que atuaram no Campus Avançado do Médio Araguaia (QUINTAS, 2017, p.62-77; DE MEDEIROS, 2017)

Nordeste e o Centro-Oeste também foram colocados como áreas prioritárias desde a Operação I, em 1968. A fase heroica (isto é, suas cinco primeiras Operações Nacionais) foi a fase de formalização da estrutura do Projeto Rondon, culminando na Fundação Projeto Rondon, em 1970. Houve um “quê” de improvisação, criatividade e ações informais e experimentais. Há, por exemplo, o fato de em uma das Operações, em Rondônia (Operação III, em 1969), não se ter claro como os estudantes rondonistas voltariam para os seus lares e universidades, correndo o risco de alguns de ficarem sem alojamento se não tivesse ocorrido a articulação de autoridades governamentais ligadas ao Projeto Rondon e figuras outras²⁸. Há relatos comoventes da atuação inicial dos rondonistas, como do médico Michel Assbu, que foi forçado, diante de necessidades urgentes locais, realizar operação cirúrgica de risco com instrumentos precários²⁹.

A fase heroica surge motivada em iniciativas pessoais de seus participantes sem um planejamento rigorosamente claro governamental. Na opinião de organizadores, o Projeto Rondon surge mais como uma ação planejada da parte de alguns militares e professores do que de um projeto ou política de governo. Isto é, o Projeto Rondon seria mais resultado de reivindicações e sugestões de militares e universitários do que de um plano governamental, ao contrário do que já teria sido alegado por críticos, que seria feito para manipular a juventude em suas reivindicações, em que o Projeto Rondon se enquadraria no “entulho autoritário” da época da repressão política, junto da inclusão de disciplinas como EPB – Estudo dos

²⁸ Devido a escolha de parte da equipe de utilizarem uma viagem de volta por meio de barco passando por Manaus (para poderem conhecer a Zona Franca de Manaus) e depois Belém do Pará, tal fração da equipe ficou sem dinheiro e necessitou da ajuda de autoridades, que articularam a sua volta por Belém e pela rodovia Federal Belém-Brasília. Em Belém, obtiveram alojamento devido a boa vontade de freiras da região. (LIU et al, 2008).

²⁹ Conforme registrado por GARCIA(2018, p.57):

Michel e seus dois colegas do curso de Medicina estavam no alojamento quando foram surpreendidos com a entrada desesperada de uma senhora com uma criança de aproximadamente dois anos no colo. Era uma menina que estava ferida na barriga. Um corte profundo expunha suas vísceras. Via-se sangue e intestinos. A avó clamava por socorro: “Por favor, salvem a minha neta!”. Prontamente, os três estudantes tomaram a criança nos braços e a colocaram em cima de uma mesa. Após examinarem, concluíram que ela deveria ser operada imediatamente para que houvesse chance de sobreviver. Mas como operá-la? Onde? Se houvesse como mandar a criança para ser operada em Cuiabá, seriam 12 horas de viagem, ela não resistiria.

Começa a busca por um local adequado e o material necessário para operar a criança. Michel pergunta ao enfermeiro do Batalhão o que havia de material cirúrgico no local e escuta: “Luva para toque ginecológico”. “Não havia nada. Não conseguimos encontrar instrumentos, soro, bisturi, nada. Era uma comunidade muito pequena, sem recursos e longe de qualquer cidade. Mandei que me trouxessem agulha. Só havia agulha de costura e linha de pregar botões. Teria que me virar com aquilo. Como anestésico, usei o Kelene inalatório que trazia em minha maleta de estudante de Medicina”.

Não é difícil imaginar a tensão, o medo e a insegurança que devem ter invadido cada um daqueles jovens aspirantes a médicos. Mas eles precisavam tomar decisões e assumir com coragem o desafio imposto pela urgência. Não eram só futuros médicos: eram futuros médicos RONDONISTAS! E para um rondonista, sim, “missão dada é missão cumprida”. ()

Após a delicada e improvisada operação – “a mão divina estava ajudando a gente...”, Michel ficou 28 horas ao lado da criança controlando o soro que havia preparado com água de coco infundida por meio de um conta-gotas.

Problemas Brasileiros, Moral e Cívica, OSPB – Organização Social e Política Brasileira, bem como a criação de políticas públicas universitárias como de Centros Rural de Treinamento (CRUTAC), com o fim de cooptar e desmobilizar a juventude. Seria ingênuo, ao nosso ver, reduzir o Projeto Rondon a um projeto autoritário de dominação política, conforme a crítica da militância de esquerda fazia a ele no seu tempo e presente até agora em diversas bibliografias (crítica de motivação compreensível diante da repressão do período, que afetava em especial a oposição de esquerda). Todavia, seria ingenuidade também desconsiderar certo caráter de promoção do regime político do momento, em seu projeto desenvolvimentista, bem como um possível efeito assistencialista em apoio às autoridades, em que decidia-se por um modelo de desenvolvimento que não punha em questão os aspectos estruturais de conflitos sociais, reputados como resultado do subdesenvolvimento local e da falta de apoio técnico. A visão do Projeto Rondon era o da modernização do país e do desenvolvimento econômico como solução aos problemas sociais, como percebe-se em documentação de época sobre “Dois Brasis” (um arcaico e outro moderno, buscando integrá-los). O Projeto Rondon se inscreveria, em certa medida, na Doutrina de Segurança Nacional, como forma de promoção do regime. Relativize-se, porém, tal fim claro governamental: a própria participação estudantil, docente e de outras pessoas no Projeto poderiam gerar ações não necessariamente presas a tal concepção de sociedade. Temos, por exemplo, o relato do Campus Avançado do Médio Araguaia, em que Quintas (2017, p.47-77) relata o tensionamento entre as problemáticas sociais, sua visão universitária (e de colegas) e a governamental no período em que atuou no Projeto Rondon. Ainda que a visão desenvolvimentista guiasse o Projeto Rondon, Quintas e colegas teriam buscado dar respostas sociais não restritas a esta: como em resolver problemas de terras indígenas e de posseiros locais que não interessavam para as lógicas econômicas então vigentes. Houve certa mediação entre os diversos interesses e visões em jogo, com o governo concedendo uma relativa liberdade para a universidade agir, mesmo que pairasse certa preocupação geral no meio universitário com qualquer tipo de ação extensionista na Universidade de Brasília (UnB).

Por outro lado, seria também ingenuidade reputar as problemáticas relativas ao assistencialismo unicamente ao regime do período e ao Projeto Rondon. A prática extensionista confronta-se muitas vezes com a dificuldade de não adotar visões assistencialistas, o que teria relação com a própria história do desenvolvimento da extensão no país. Particularmente a respeito do assistencialismo, vemos em documentação oficial do Projeto Rondon, de 1973, a rejeição em adotá-lo em suas práticas, ao menos no campo de

suas intenções. O Projeto Rondon, como uma experiência histórica de seu tempo, obviamente se defrontou com um quadro estrutural de sociedade no qual tais aspectos estavam presentes³⁰. Outro ponto destacado do Projeto Rondon, em suas origens, é de possivelmente se inserir em uma série de iniciativas de “serviços de desenvolvimento” que surgiam no mundo, de combate a descompassos sociais, ocorridos em outros países como forma de enfrentar problemáticas atreladas ao desenvolvimento econômico, em especial no chamado “Terceiro Mundo”, combatendo mal-estares decorrentes de mudanças sociais, econômicas e culturais nesse tempo. Conforme alega Pereira (CASTRO *et al.*³¹, *apud* PEREIRA, 2009, p.28-29):

Castro *et al.* (1975) contextualizam o Projeto Rondon com relação a projetos similares de outros países classificados como “serviço de desenvolvimento”, de acordo com o *International Secretariat Volunteer Service*. Tais projetos tiveram início em 1958, quando foi instituído na Inglaterra o *Voluntary Service Overseas*, com a finalidade básica de auxiliar as nações do “Terceiro Mundo” em seu processo de desenvolvimento. A partir daí, na década de 1960, Castro *et al.* (1975) afirmam que a idéia do que chamam de “promoção humana” se difunde, operando em bases nacionais e internacionais. Um exemplo internacional bem conhecido é o programa criado pelo presidente norte-americano John Kennedy, denominado *Peace Corps*, dentro de sua política externa de cooperação entre as nações. Este programa iniciou as suas atividades na América Latina com o objetivo declarado de promover a “revolução social” por intermédio de “agentes de mudança”. Afirmam ainda que o aparecimento dos mesmos é uma reação a um mal estar gerado de acordo com mudanças econômicas, sociais e culturais decorrentes da industrialização em alguns países, levando-os ao desejo de desenvolvimento, de emancipação econômica e social. Tal argumento foi assimilado pela coordenação do Projeto Rondon, conforme publicado em um documento oficial de 1974, no qual o Ministério do Interior destaca a desconexão do crescimento do setor econômico com o setor sócio-cultural, relegado ao segundo plano (...).

Encontramos também referência de que o professor Wilson Choeri teria se inspirado na experiência da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para se inspirar na criação do Rondon³². Por outro lado, a Fundação Rondon apresentava o Projeto Rondon como criação genuína brasileira, sem ligação a outras ao redor do mundo, havendo negativa de que organizações governamentais estrangeiras participassem do Projeto, como o

³⁰ Isso se torna mais claro no relato de Quintas(2017, p.47-77), que relata terem se deparado, ao instalar o Campus Avançado do Médio Araguaia, com o problema do clientelismo presente na região(2017, p.58), junto de outros problemas sociais graves ligados às terras, em relação a invasões, posseiros e indígenas. Além disso, temos comentário em Oriente(2004, p. 360-366) sobre conflitos com “coronéis” e oligarquias regionais no Piauí ao se instalar o Campus Avançado de Picos. O clima de animosidade entre a elite local e o Projeto Rondon somente foi superada após forte envolvimento do Campus com os setores populares locais, bem como com a oferta de cursos para profissionais liberais, agradando estes últimos a elite regional. Por outro lado, podemos falar de acusações de críticos ao Projeto Rondon ser utilizado de forma eleitoreira pelo PDS(ORIENTE, 2004, p. 307-308). Em relação ao clientelismo e coronelismo na sociedade brasileira, tem sido uma constante ao longo dos tempos, inclusive no presente(CARVALHO, 1997).

³¹ CASTRO, Cláudio de Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende; ABREU, Sara Donner.

Como anda o Projeto Rondon? Instituto de Estudos Avançados, FGV. 1975

³² GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

“Peace Corps”. Não ocorria isso, porém, com organizações privadas como a mexicana “Juventude de Anahuac” ou com estudantes estrangeiros que estudassem em universidades brasileiras, inscrevendo-se ambos como participantes individuais. Talvez havia uma preocupação da Fundação quanto à sua imagem, de que o Projeto Rondon fosse ligado a uma intervenção “imperialista norte-americana”, crítica surgida pela extrema-esquerda brasileira que, junto da extrema-direita, teria se oposto ao Projeto. Enquanto a esquerda radical acusava o Projeto Rondon de ação ligada à CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América), fração radical da direita acusava o Projeto Rondon de ser suscetível de sofrer dos jovens infiltração comunista. O Projeto Rondon seria alvo de controvérsias em suas origens, com oposição tanto da esquerda radicalizada quanto da direita que o viam como um programa perigoso passível de subversão, bem como de uso inadequado do recurso público. Rosenbaum (1971) relata que houve políticos que se opuseram ao Projeto buscando atrair votos para si. Haveria também a crítica da extrema-esquerda e extrema-direita desse subverter o nacionalismo brasileiro³³.

Projeto Rondon e sua Postura Política

Como forma de enfrentamento dos conflitos de interesses políticos de seu tempo, o Projeto Rondon adotou como postura o apartidarismo. Havia a expectativa, da parte da equipe do Projeto Rondon, de que ele fosse uma forma de superação das contradições políticas ao possibilitar aos alunos direcionarem suas energias para ações concretas em prol de suas expectativas para com a sociedade. Penso ser inadequada uma vinculação clara do Projeto a uma política restrita a interesses ideológicos governamentais, como muitas vezes é apresentado em diversas bibliografias. Houve diversidade de opinião política entre os alunos que participaram do Projeto, percebendo-se isso, por exemplo, em relatos de rondonistas da Operação III, em 1969, com fortes críticas ao regime do período. Igualmente, das entrevistas

³³ Temos a notícia da visita esporádica ao Projeto Rondon de dois professores suíços (Fritz Schaffer e Fritz Schwarzenbach) em 1973 (ORIENTE, 2004, p.62), da vinda de delegação paraguaia em 1974 entender o Projeto Rondon (ORIENTE, 2004, p.94) e da realização de tese em universidade estrangeira sobre o Projeto Rondon pelo professor Wayne Bragg do Instituto de Estudos Latino-Americanos no Texas (EUA) (ORIENTE, 2004, p.99). Além disso, sabemos que houve interesse da Universidade do Benim, em Togo, de conhecer o Projeto Rondon, em que a Secretaria Internacional do Serviço Voluntário fez um convite para participantes do Projeto Rondon palestrar nessa mesma universidade a respeito do programa. (ORIENTE, 2004, p. 110-111); bem como é de nossa ciência de, em novembro de 1977, se transmitir na “Voz da América”, serviço de radiodifusão dos Estados Unidos da América, programa de 15 minutos sobre o Projeto Rondon. (ORIENTE, 2004, p. 172). Há ainda a informação da visita, em 1976, à Coordenação Geral do Projeto Rondon o presidente do Conselho Federal da Juventude Alemã Walter Haas e o secretário geral Erik Bettermann (ORIENTE, 2004, p.144). Em todo caso, isso não significa de modo algum qualquer tipo de interferência significativa ou influência estrangeiras no Projeto Rondon. De todo modo, registra-se.

realizadas pelo Núcleo Rondon da UFRGS, percebe-se também uma visão crítica dos problemas do período da parte de muitos entrevistados, em diversos períodos do Projeto. Encontramos também, da parte de professores que atuaram no Campus Avançado do Vale do Araguaia, ligado à UnB, quem se colocasse em contradição ideológica ao governo vigente, buscando no Projeto Rondon promover ações que superassem problemas sociais do período. Igualmente, havia uma diversidade de opiniões entre os rondonistas. Já, por outro lado, em entrevista concedida à pesquisa de Adolar Koch (2019), percebe-se o relato de uma rondonista de 1972 que se decidiu por participar do Projeto Rondon no Campus Avançado de Rondônia justo por sua rejeição ao regime militar, em que atuar no Campus Avançado seria uma forma de superar seu estado de espírito tensionado diante do clima decorrente da repressão política. Isto é, o Campus Avançado seria uma alternativa ao ambiente acadêmico normal visto como tensionado pela repressão. Em outra entrevista dada a Adolar Koch (2019), não se percebe a adesão de um ex-participante do Campus Avançado, em 1972, ao governo da época. De entrevistas com antigos organizadores do Projeto Rondon, realizadas pelo Exército Brasileiro, igualmente, há o relato de haver pluralidade de opiniões e de visões políticas³⁴. Havia, entretanto, rondonistas na Operação Zero que tinham vindo a participar do Projeto mesmo já fichados pelo DOPS. Reduzir o Projeto Rondon a um projeto de doutrinação da juventude seria um erro, dificultando entender a própria história da extensão universitária brasileira, bem como a capacidade crítica dos participantes do Projeto Rondon, que se deparavam com situações muito precárias da realidade nacional. Essa era uma das dúvidas e uma razão de oposição de parte do governo militar ao incentivo irrestrito ao Projeto Rondon: a possibilidade de que o Projeto gerasse uma maior politização dos estudantes ao se confrontarem com problemas graves do período. Podemos dizer, a partir de evidências em bibliografias consultadas e entrevistas realizadas, de haver pluralidade e diversidade de ideias políticas e sociais dentro dos rondonistas no período. Porém, cabe ainda indagar sobre o processo seletivo dos perfis de alunos escolhidos. Isto é, em todo o Projeto Rondon a oferta de vagas para suas atividades foi sempre muito menor do que a procura delas por parte dos alunos. Mesmo havendo uma postura apartidária oficial, com uma preocupação consciente de não selecionar os estudantes a partir de suas ideias e opiniões), cabe indagar se, de forma

³⁴ Um dos antigos organizadores do Projeto Rondon alegou de que maioria dos estudantes seriam radicais de esquerda, segundo sua visão (MIRÓ, 2006, p.280-281). Tal afirmação, porém, pode ser contrabalançada com afirmação de RODRIGUES(2006, p.95-96), de que muitos estudantes aderentes ao Rondon se colocariam como de esquerda e mesmo socialistas e comunistas sem terem- porém- claro do que isso significaria, confundindo comunismo e socialismo com sensibilidade para com os problemas sociais. Igualmente, haveria aqueles que se ligariam a visões anarquistas, além de alguns que seriam de extrema-direita, segundo as entrevistas consultadas.

inconsciente, pudesse ser gerada alguma preferência pelo perfil do estudante selecionado. Acrescenta-se a todo esse debate a grande autonomia dos estudantes universitários, supervisionados no campo das Operações, por apenas outros monitores e não pelos professores dos Grupos de Trabalho³⁵. Apenas no caso dos Campi Avançados havia supervisão docente clara, mas mesmo isso deve ser reanalisado, como percebemos em entrevista com o rondonista Flávio Borella (2019), que critica a falta de acompanhamento no Campus Avançado. A autonomia dos estudantes era tanta que permitia imposturas, como a registrada de caso de embriaguez e outros excessos graves cometidos por uma equipe de rondonistas na cidade de Cruzeiro do Sul³⁶, ou relatados em entrevistas, como o transporte de pássaros por estudantes com fins recreativos. Devemos, portanto, ponderar fortemente a respeito do controle exercido pelas autoridades dentro das atividades dos rondonistas. Cabe salientar que houve na juventude uma ambiguidade em relação ao Projeto Rondon, com estudantes favoráveis e contra o regime militar, bem como outros indiferentes, que entendiam como benéfica a sua participação no Projeto. Isso já teria sido discutido por Rosenbaum (1971,p.193), em que percebia uma pluralidade política dos estudantes rondonistas, não havendo necessariamente uma vinculação desses com o governo vigente, bem como sendo passível de ser visto como um meio de influenciar a sociedade vigente por visões diferentes das do regime do período.

Fundação Rondon: a Consolidação do Projeto Rondon

Podemos falar de um momento do Projeto Rondon mais formalizado e estruturado após 1970, com a criação da Fundação Rondon. A criação de coordenadorias regionais atreladas a novas frentes de ações por meio das Operações Especiais, que firmavam convênios por demandas da sociedade civil, possibilitaram a expansão e multiplicação do Projeto em sua ação. Enquanto até 1970 o Projeto Rondon mobilizou 12.527 pessoas em diversas Operações mais 835 pessoas nos Campi Avançados, Em 1981, podemos falar de mais de 740.000 pessoas mobilizadas em todo o país desde a Operação Zero. Nessa mesma data, o total de pessoas mobilizadas em Operações Nacionais e Regionais eram da ordem de 95.581. Nos Campi Avançados, contamos em 1981 com 31.113 pessoas. Isso reforça a percepção do crescente

³⁵ Faça-se, aqui, uma pequena ressalva já feita da nota 15 anterior, que comenta a ida de seis professores em Operação Regional, bem como que se havia repensado do acompanhamento em campo se dar apenas por monitores nas Operações Nacionais, Regionais e Especiais. Porém, no geral, as Operações se davam sem supervisão direta de professores em campo.

³⁶ Esse episódio dificultou a fundação do Campus Avançado da UNICAMP em Cruzeiro do Sul, que só se deu depois de forte persuasão e diálogo da universidade com a cidade. (MONTEIRO, 1990)

apoio do governo. Porém, também da sociedade civil viu-se uma ampla mobilização, com 257.721 pessoas envolvidas em Trabalhos Técnicos com Órgão (TTO), ainda que tais TTOs pudessem ser feitos por pedido de órgãos públicos. Dessa forma, podemos falar em um aumento real e de grande envergadura do Projeto Rondon durante a década de 70 com a formalização da Fundação. Havia também o incentivo governamental ao Projeto concedendo créditos equivalentes à disciplina de EPB para os rondonistas. Por outro lado, a superoferta de alunos que desejavam participar do Projeto Rondon é uma evidência de que tratou-se de uma política educacional valorizada pelo meio estudantil, bem como uma política educacional que poderia ter sido ampliada pelo governo do período, visto a sua alta procura pelos acadêmicos, além de inúmeras visões favoráveis a ela encontradas em comunidades atendidas. Em relação à adesão estudantil, Rosenbaum (1971, p.194) aponta que já em 1968 um décimo dos universitários do país teria se inscrito para participar do Projeto Rondon. Igualmente Moreira (2006) aponta uma superoferta de estudantes.

Fim da Primeira Fase (1967-1989): Reflexões e Críticas

Enquanto a década de 70 produziu o auge do Projeto Rondon, a década de 80 marcou o fim de sua primeira fase, em especial após 1983, quando começaria a sofrer uma série de contingenciamentos. Inúmeros dirigentes do Projeto Rondon apontam o fim do regime militar como o ponto cronológico de decadência do programa, isto é, a partir de 1985. As mudanças governamentais vividas no país acabaram por afetar a Fundação Projeto Rondon, que acabou por ser associado à ditadura militar e criticado por isso. Houve um forte descompasso entre o Projeto Rondon e as universidades em suas estruturas formais acadêmicas. As dificuldades relativas à validação do trabalho acadêmico das ações dos rondonistas dificultava a aproximação com as universidades³⁷, o que juntava-se à animosidade universitária a uma política educacional advinda de forma externa e vertical para o meio acadêmico. Ainda que muito procurado pelos alunos, há quem aponte um desincentivo e descaso das universidades para com o Projeto Rondon na época havendo, com muita frequência, o desconhecimento dos Campi Avançados pelos alunos de universidades que os mantinham. Havia uma crítica de fundo político que associava o Projeto Rondon a um meio de cooptação dos universitários pelo governo militar. Se criticava no Projeto Rondon a matiz assistencialista e descontínua que muitas de suas ações podiam tomar, o caráter voluntarista de seu modelo de extensão, os

³⁷ Conforme artigo de dos Santos e Mendes(2015): “Um dos principais aspectos que não fortaleceram a participação dos docentes e discentes foi a dificuldade ou ausência de uma política instituída para a validação do trabalho e a consequente ausência de incentivos profissionais junto às instâncias superiores das Universidades.”

custos envolvidos, a centralização de muitas de suas decisões. Em relação aos custos, os Campi Avançados, por exemplo, demandavam o deslocamento mensal de professores e estudantes, além de ter certa precariedade no aspecto infraestrutural, visto a pouca consolidação de sua organização e atividades. Por exemplo, no Campus Avançado em Roraima, mantido pela UFSM, se criou uma estação agrônômica em que se percebeu a inadaptabilidade da maioria dos cultivares, obtendo sucesso quase que apenas na criação de gado. A descontinuidade de ações, mesmo nos Campi Avançados, era outra crítica comum. O revezamento de pessoas por espaços curtos de tempo (em torno de 30 dias) tornava difícil a criação de projetos contínuos e sustentáveis. Falando em Operações Nacionais ou Regionais, isso mais se evidenciava com a atuação dos rondonistas em apenas 35 dias dos 365 de um ano. Os custos envolvendo transportes por longas distâncias era outro ponto de polêmica. Havia quem alegasse, jocosamente, do Projeto ser atraente para os estudantes devido ao seu caráter “turístico”. Outra crítica referia-se aos gastos com pessoal burocrático. O Projeto Rondon em certo período chegava a consumir um terço dos seus recursos com a burocracia que o organizava, na Fundação Projeto Rondon. Talvez, o próprio ambiente burocrático da Fundação Rondon possa ter sido uma dificuldade de aproximação com o também burocrático meio universitário³⁸. Relativiza-se, porém, o ponto de crítica sobre o custo da burocracia: o Projeto Rondon tinha um caráter de custo baixo no que se referia à mão-de-obra estudantil: ela fundava-se no voluntariado, ainda que concedendo às vezes certo valor financeiro para os estudantes manterem-se nas Operações. Assim, aparenta ser mais compreensível a porcentagem do custo da burocracia. Essas críticas referentes aos valores financeiros, porém, somente poderão ser analisadas com a devida propriedade se forem feitos estudos a partir de

³⁸ Conforme entrevista concedida a projeto do Exército Brasileiro de resgate de Memória Oral do Projeto Rondon, o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues indaga se a burocracia não acabou por centralizar em demasia as decisões da Fundação Rondon, bem como tenha dificultado o diálogo com o estudante e as contribuições que esse poderia trazer às ações:

O que deixo registrado é que, mesmo entendendo a necessidade dessa ampliação de estruturas, sempre manifestei o receio de que essa profissionalização, progressivamente, afastasse o universitário do processo decisório, que para mim era o foco central do movimento. Temia, e isso de certa forma veio mesmo a acontecer, que o universitário passasse a ser um mero participante, executando tarefas que passavam a ser concebidas de cima para baixo, sem que tivesse participado da elaboração das mesmas.

(...)

Mas não vivi a complexidade dos problemas decorrentes da ampliação dos programas que passaram a ser executados. Logo, não saberia dizer, com autoridade, se haveria outra forma de proceder (RODRIGUES, 2006, p.140).

Todavia, conforme o próprio Rodrigues ressalta, ele não estava mais na organização do Projeto Rondon para tecer devidamente tais críticas, desconhecendo a complexidade com que veio a tomar o Projeto após a “fase heróica”, a qual Rodrigues presidiu. Isto é, os desafios propostos para o início da elaboração do programa até a década de 70 foram de um estilo, e após a sua formalização como Fundação e expansão de outro, fato que decorreu em grande medida da criação de sua burocracia, os problemas tornaram-se de outra ordem.

Segundo Miró (2006, p.282), o Projeto Rondon teria perdido em parte seu ímpeto com a sua burocratização.

documentação oficial do período com gastos. Em todo caso, a burocracia parece ter sido um grande incômodo durante a existência do Rondon³⁹.

Por parte de certo dirigente do Projeto Rondon no passado, Mauro Costa Rodrigues (2008) faz críticas de uso inapropriado de verbas a partir da maior autonomia e flexibilização financeira que a Fundação Projeto Rondon foi ganhando. Isso também deveria ser objeto de pesquisa a partir de dados oficiais.

No momento, temos esparsas informações em mãos de forma clara. No nível federal temos a informação do custo da Operação I, relatado em 1971 por Rosenbaum, de que teria custado 63.000 dólares, mobilizando 648 estudantes, que se deslocaram de avião para regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O custo dessa Operação seria atípico comparado ao de outras, visto ser uma Operação Nacional (envolvendo largas distâncias e deslocamento aéreo) e a primeira planejada oficialmente, sendo a que se seguiu à Operação Zero. Temos ciência, de forma imprecisa, a partir de entrevista com Moreira (2006, p.249-250) da movimentação de 828.225.331 cruzeiros em gestão de Myriam Levy Cardoso Moreira. Porém, não está especificado se seria durante toda sua gestão, de 1979 a 1984, ou apenas em parte dela. Por outro lado, encontramos a informação do envolvimento do Projeto Rondon em um programa-piloto de moradia popular, visando construir casas para mais de 2000 pessoas na favela Japão em Natal - RN. No caso, destinou-se Cr\$ 834.814,00, em 2.140 Unidades Padrão de Capital pelo Banco Nacional de Habitação. Construiu-se as casas, que tinham prestação de Cr\$ 230,00. Temos também a seguinte informação por meio de Oriente (2004, p.127):

Os universitários (...) estavam em condições de cooperar e mesmo participar dos programas do Governo, tanto no setor de pesquisas, quanto nos setores agrícola, de saúde, de educação e os demais voltados para o bem-estar social, conforme as diretrizes adotadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, para o período 1975-1979, cujo orçamento era da ordem de Cr\$ 760 bilhões, aplicados principalmente na: Política de Emprego, com a criação de cerca de 6,6 milhões de novos empregos; e Política de Valorização de Recursos Humanos, para qualificação de mão-de-obra, aumentando sua capacidade de obtenção de maior renda pela educação, treinamento profissional, saúde, saneamento e nutrição com investimentos no valor de Cr\$ 267.000.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros).

No caso da UFRGS, não encontramos claramente informações de gastos. Encontramos alguns documentos esparsos do Projeto Rondon, como relatórios de Operações, aos quais a UFRGS, de forma direta ou indireta, organizou e participou. Igualmente, não

³⁹ A professora Mercedes Wolff (2007, p.319) relata que a burocracia envolvendo as ações do Campus Avançado de Rondônia consumia aproximadamente metade do tempo todo mês, isto é, quase duas semanas por mês, isso muito ligado a pontos burocráticos envolvendo o Ministério da Educação. Seria, na opinião de Mercedes Wolff, a burocracia o principal empecilho das ações no Campus durante sua atividade.

encontramos tal documentação disponível *online* no momento (17 de agosto de 2019). Temos o custo de uma Operação no Rio Grande do Sul, em 1973, de 75.924,50 cruzeiros mobilizando 78 alunos em campo, o que daria o custo aproximado de 974,00 cruzeiros por aluno em operação. Já certa Operação Especial Escolar do Campus Avançado de Rondônia, ligado à UFRGS, em 1974, encontramos a informação que foram gastos 66.000 cruzeiros, mobilizando 34 estudantes e mais 12 outros organizadores. Seria então o gasto de 1.941 cruzeiros por estudante em ação ⁴⁰.

Vemos que, com a redemocratização brasileira, o Projeto Rondon acabou por ser ostracizado durante longo período. Associado aos problemas orçamentários do governo Sarney⁴¹, junto da reformulação de políticas de ação social por esse (em que se criaram novos órgãos para tanto) como cogita Ângela Iahnig, e da visão negativa dada ao Projeto Rondon como “entulho autoritário” e política planejada pelo governo militar, gradativamente o Projeto foi sendo extinto. Irresponsavelmente, os Campi Avançados são fechados em 1985⁴². Ainda que muitos acabaram ganhando outros destinos, como o de Roraima ter se tornado universidade federal, muitos foram simplesmente abandonados, em clara irresponsabilidade administrativa e financeira. Haveria inclusive o abandono, até pelo menos 1992, de um barco-hospital no gramado de um dos Campus Avançado, revelando um grande descaso com o patrimônio público e com a sociedade civil que necessitaria do atendimento anterior. O Projeto Rondon foi então extinto em 1989. Diversos funcionários foram realocados, contra a sua vontade, bem como desprezou-se a ampla experiência do maior projeto de extensão do país até o presente momento. Mesmo com muitos apoiadores, que articularam em 1990 a sua reinvenção de maneira extraoficial desvinculada do governo, o Projeto foi fechado. As comunidades anteriormente atendidas foram menosprezadas e não consultadas. O fechamento do Projeto Rondon deu-se, de certo modo, de forma tão ou mais centralizada quanto ao centralismo criticado de sua organização. Segundo Mauro Costa Rodrigues (2008), tal processo ocorreu associado a interesses e ambições de partidos políticos, que reivindicariam cotas de participação dentro das estruturas internas, usando-o partidariamente, o que era proibido em

⁴⁰ Além disso, temos uns dados de custos relacionados às ações do Projeto Rondon em sua relação com o Estado do Rio Grande do Sul, a ser apresentados posteriormente no corpo desse artigo.

⁴¹ Já há, em 1981, a suspeita de que o Projeto Rondon pudesse ser extinto conforme mudanças radicais de governo o assim fizesse. Percebemos isso em entrevista do Correio Braziliense à Myriam Levy Cardoso Moreira, em que o repórter pergunta àquela “Seria (...) oportuno (...) envolver o Projeto Rondon nesses outros tipos de atividades em função de que dentro das restrições econômicas (...) que o País vive, daqui a pouco aparecer algum maluco e começar a achar que o Projeto Rondon, está muito caro?” (ORIENTE, 2004, p.309). A crítica ao custo financeiro do Projeto Rondon aí se mostra.

⁴² Diga-se, porém, que houve também uma pequena paralisação dos Campi Avançados em parte de 1976 para fins de estudos e reformulações (ORIENTE, 2004, p.149).

sua filosofia. Houve, inclusive, quem reivindicasse ter tomado posse do Projeto Rondon em nome de determinado partido político. De certa forma, o apartidarismo do Projeto pode ter sido incapaz de fazer frente diante da complexidade do jogo político na redemocratização brasileira, em que viria a sucumbir para organizações partidárias que não o encarariam como um meio de superação dessas contradições. Pasquali (2006, p.224) também vê o declínio no Projeto Rondon advindo do desvirtuamento de seu caráter republicano, sendo transformado em joguete de ambições partidárias que nele vieram entrar. Atrelar-se-ia a isso a impopularidade do programa rondonista para uma parcialidade significativa do meio acadêmico. Como alegado por Monteiro (1990), o Projeto Rondon nunca conseguiu desvincular sua imagem do regime militar, mesmo que reformulando criticamente seu programa, bem como o meio universitário (no caso analisado, o da UNICAMP com seu Campus Avançado, o CACS) manteve-se muitas vezes indiferente para com o tal. Também Fragoso (2017, p.9) vê que a origem militar do Projeto Rondon gerou certa mancha, mácula no prestígio do programa, em que esse era associado ao regime militar. Questiono-me, porém, sem estar apto a responder afirmativamente ou não, se não se confunde a apatia outrora ao Projeto Rondon com a apatia a uma visão de universidade extensionista. Até o presente momento, a extensão universitária é um campo problemático no Brasil, sendo importante indagar também, segundo penso, o quanto isso não se confunde com a disputa passada com o futuro que teria se dado ao Projeto Rondon. Poderia ter se reformulado os programas em vez de simplesmente os fechar. Havia certa abertura significativa dentro da Fundação Projeto Rondon para tanto, com documentos oficiais que apontavam para isso. Havia reflexão sendo feita no período para a superação das inúmeras críticas direcionadas a tal política educacional. A documentação do período aponta que a Fundação aceitava a legitimidade de muitas das críticas recebidas, estando aberta para transformação. Porém, a escolha governamental foi a extinção do Projeto, que o tratou como ligado ao passado militar e sem vínculo de importância com o presente que seria construído.

Devemos considerar que a própria história do Projeto Rondon confunde-se com a da extensão universitária brasileira. Não se pode desconsiderar a dificuldade relativa à formulação de uma política de extensão adequada ao período. É de se admirar haver em muitas ações do Projeto Rondon a previsão de questionamento posterior aos participantes, isso desde a Operação I, com a produção de relatórios, bem como de agregar críticas na sua formulação, como foi no caso dos Campi Avançados, surgidos a partir de críticas de estudantes rondonistas. Em relação a relatórios estudantis, pedia-se aos estudantes de três tipos: ostensivos, reservados e

secretos. Sendo somente os primeiros publicizados e os últimos mantidos em total segredo⁴³. Por outro lado, a participação dos estudantes era de tal modo valorizada que pelo menos dois terços dos integrantes das Coordenações Nacional, Estaduais e de Área deveriam ser estudantes. Havia, mesmo que possa se considerar inadequada, consulta a algumas pessoas relativas às comunidades locais, como governantes, professores e outros. Ainda que tal modelo não considerasse a população em sua totalidade e fizesse um recorte muito seletivo daqueles considerados representantes dos interesses comunitários, havia muitas vezes consulta posterior às populações atendidas. Também, as ações do Projeto Rondon passavam por conselhos deliberativos, além das coordenações. As decisões eram de caráter consultivo, plural e coletivo. Buscava-se colocar representantes da sociedade civil, como associações de classe, clubes de serviço, corpo docente e discente das universidades, nesses conselhos deliberativos, junto de membros de diversos ministérios. Agia-se, segundo Moreira (2006, p.252), a partir do “Nós”, sempre da ideia de trabalho em equipe. Ainda que se possa interrogar o quão plurais eram tais conselhos, formados em tempos autocráticos em que o país vivia, é de notar-se a busca por fazer do Projeto Rondon algo plural, coletivo, não-autocrático. Ainda que contivesse elementos fortes de centralização, o Projeto mantinha um caráter descentralizado nas aplicações e planejamentos de suas ações. Penso que tais aspectos do Projeto Rondon não podem ser ignorados ao discutir-se a respeito das críticas de autoritarismo ou de ser um projeto ligado ao governo. Penso que deve-se pensar o quanto o Projeto Rondon inovou e transformou o campo da extensão universitária, avaliando suas ações, agregando críticas de professores e estudantes participantes, bem como de figuras ligadas às comunidades locais, ou mesmo ao contexto nacional e estadual. Houve a procura de avaliar e repensar as ações. O quanto isso foi adequado ou não, da forma como foi feita, é ponto de discussão. Igualmente, o quanto a ação extensionista dos rondonistas impactou os projetos de extensão capitaneados pelas universidades (visto que a Fundação Projeto Rondon agia autonomamente), é de se pensar, qual foi a importância do Projeto Rondon para a extensão brasileira, o quanto viria a influenciar. Como dito por Mendes e Santos (2005, p.130):

⁴³ Infelizmente, praticamente toda documentação do Projeto Rondon foi destruídas, segundo Mauro Costa Rodrigues (WOLFF, 2007, p.322): os governos posteriores ao governo militar teriam destruído tais informações, em um descaso sucessivo até o desaparecimento por completo dessas. Em relação à UFRGS, encontramos alguns relatórios e pesquisas na biblioteca, felizmente. Já, segundo Scorza (2018, p.46-48), a informaram da documentação fotográfica se localizar na FUNAI e a do arquivo de pessoal na Gerência Regional de Pessoas de Órgãos Extintos.

A proposta, considerada inovadora, sempre foi referenciada como uma forma de participação positiva, no que se refere ao conhecimento da realidade brasileira e na aquisição de experiências profissionais, voltadas para os programas comunitários. O PRO (Projeto Rondon) trouxe um aprimoramento das características pessoais e profissionais, tendo em vista o aperfeiçoamento prático profissional; constituiu-se em escola de lideranças e de energias atualizadas e motivadas. O desejo de renovação do sistema de ensino e dos currículos universitários; validação do trabalho discente e do docente para fins curriculares e para o exercício da cátedra, interiorização dos profissionais em áreas carentes do país; preparação de mão-de-obra qualificada; integração em equipes multidisciplinares e desenvolvimento do senso cívico. Um dos aspectos considerados pela equipe de coordenação, para a manutenção do PRO, foi a taxa de repetição de universitários participantes, que atingiu até 80% da participação. Outro aspecto ressaltado como positivo foi a seriedade de objetivos e empenho por parte da equipe responsável do PRO, contando com uma organização flexível e aberta para modificações, objetivando maior acerto e vitalidade.

Algo muito registrado na experiência de rondonistas, em relatos a posteriori e citado também em bibliografia acadêmica a respeito, bem como em relatos de História Oral era o ganho pessoal ao estudante em sua formação, ao se deparar com situações precárias em campo e ao atuar de forma prática aplicando seu conhecimento. O caráter extensionista do Projeto Rondon era significativamente valorizado pelo meio estudantil, como se percebe na alta procura para participar do Projeto e a carência de vagas para todos os estudantes, uma constante em todo o desenvolvimento do programa. Choeri (2006) critica, por exemplo, a crítica de teor utilitário financeiro (que buscava desqualificar o Projeto Rondon por seus custos) por desconsiderar a importância para a formação profissional do estudante, bem como os efeitos a longo prazo nas comunidades atendidas pelo Projeto. Cita, em sua argumentação, cursos de formações de professores na região amazônica oferecidos por Campi Avançados e o desempenho excelente frente a outros em concurso público. A professora Mercedes Wolff (2006) concorda com a argumentação de ser difícil mensurar a importância das ações dos Campi Avançados a longo prazo. Como lembrado também por Myriam Moreira (2006, p.269-270), houve até interesse estrangeiro por replicar o modelo de ação extensionista estudantil em outros países. Cabe perguntar como tamanho programa de extensão foi desmontado em 1989, para apenas ser retomado muitos anos depois.

Projeto Rondon no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul e a UFRGS, em particular, tiveram forte participação no Projeto Rondon desde os anos iniciais. Veio a se instituir o Campus Avançado de Rondônia – Porto Velho, ligado à UFRGS, já em 1971, somente dois anos depois da experiência pioneira do primeiro Campus Avançado de Roraima, ligado à UFSM. Na Operação I, sabemos que por influência do General (na época, Tenente-Coronel) Décio Barbosa Machado, setenta

universitários gaúchos foram inclusos na Operação junto de estudantes dos Estados da Guanabara e de São Paulo. Na Operação III, segundo informações de relatos de participantes, apenas estudantes da Guanabara e do Rio Grande do Sul participaram. Devido à carência atual de informações que temos, não podemos afirmar que a UFRGS tenha participado de todas Operações Nacionais e Regionais (no caso, do Rio Grande do Sul). Porém, seria um fato possível e provável devido a seu papel de proeminência na conformação do Projeto Rondon. Segundo entrevista obtida com Ângela Iahnig, em determinada época o Rio Grande do Sul chegou a mobilizar mais de 60 mil estudantes em sua coordenadoria estadual. Isso, se compararmos ao número nacional de que em 1981 terem sido mobilizados até aproximadamente 750 mil pessoas no país pelo Projeto Rondon⁴⁴, nos dá um sinal de participação efetiva do Rio Grande do Sul em tal política educacional. Em relação aos Campi Avançados, seis universidades gaúchas chegaram a se responsabilizar com quatro Campi: a UFRGS responsabilizou-se entre 1971 a 1979 pelo Campus de Rondônia⁴⁵; as Universidades Federais de Pelotas (UFPEL) e de Rio Grande (FURG) junto da Universidade Católica de Pelotas e da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso se responsabilizavam, a partir do ano de 1973 até pelo menos 1984, pelo Campus de Cáceres no Mato Grosso; a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) manteve, de 1972 até 1985, o Campus Avançado de Alto Solimões no Amazonas, em Benjamin Constant⁴⁶; e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) geriu, de 1969 até 1985, o Campus Avançado de Roraima, que posteriormente foi transformado em Universidade Federal de Roraima. O Campus Avançado de Cáceres também veio a se tornar universidade, no caso, a Universidade Estadual de Cáceres. Sabemos que o Campus Avançado de Rondônia foi entregue para a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG), entre 1979 a 1980 em diante. O Campus Avançado de Rondônia chegou a mobilizar 1.447 pessoas em suas ações até 1979. Igualmente, sabemos que o Campus Avançado de Rondônia ajudou na criação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)⁴⁷

⁴⁴ Moreira (2006, p.250) alega do Projeto Rondon ter mobilizado aproximadamente 400 mil estudantes em toda sua história entre 1971-85.

⁴⁵ Foi o 5º Campus Avançado a ser implementado (PASQUALI, 2006, p.2008).

⁴⁶ Deste, temos informações de uma série de atividades exercidas (ORIENTE, 2004, p.107-113) na região. Cita-se aqui, o asfaltamento na região usando produto local (sorva de látex), atuação de navio-hospital, realização de curso de Licenciatura para o 1º grau, entre 1973 a 1975, elaboração de cartilha pedagógica para os indígenas Tikuna, atendimento médico aos Tikuna e promoção de plantações de hortaliças, criação leiteira, de frangos e ovos na região.

⁴⁷ Segundo Borger e Téchio (2019, p.14):

No estado de Rondônia a oferta pela educação superior sofreu influência de vários fatores, sofrida pela pressão demandada pela expansão demográfica nacional e questões políticas (WALTERLINA, 2007).

O Projeto Rondon, no Estado do Rio Grande do Sul, contou com as seguintes coordenações, que selecionavam os estudantes e articulavam as operações a nível regional:

Coordenação estadual: Porto Alegre
 Coordenação da Área da Região Metropolitana de Porto Alegre: Porto Alegre
 Coordenação da Área da Região Sul: Pelotas
 Coordenação da Área do Litoral Sul: Rio Grande
 Coordenação da Área da Fronteira Oeste: Uruguaiana
 Coordenação da Área da Região Central: Santa Maria
 Coordenação da Área das Missões: Santo Ângelo
 Coordenação da Área do Planalto Médio: Passo Fundo
 Coordenação da Área da Região Nordeste: Caxias do Sul
 Coordenação da Área da Fronteira Sudeste: Bagé

Sobre conselhos de representação das coordenações regionais, temos ciência de, em Porto Alegre, ser formado por representantes da indústria, do comércio e das universidades. Temos o registro do Conselho de Representação do Projeto Rondon no Rio Grande do Sul, em 1975, que seria a seguinte:

Conselheiros: Secretário Executivo: Hipéricles Ferreira de Melo, Comissão das Universidades; Ivo Wolff (UFRGS); Ir. José Otão (PUCRS) e Theobaldo Frantz (*Unisinos*); Comissão Funrondon- Kurt Johampeter (Siderúrgica Rio Grande S/A), Luiz Mendelli (FIERGS) e Algayer (Casa Civil do Palácio Piratini); Emílio Maurel Muller (Secretaria de Coordenação e Planejamento, Getúlio Marcantônio (Secretaria da Agricultura) e Airton Vargas (Secretaria de Educação e Cultura); Comissão de Órgãos Federais – Loris Isatto (BNH) e General Oscar Luiz Silva (Comandante do III Exército). Comissão de Órgãos Municipais – Guilherme Socias Viela (Prefeitura de Porto Alegre), Comissão de Divulgação- Delmar Jarros (Jornal do Comércio), Cláudio Candiota (Diários e Emissoras Associadas), Ronald Pinto (Rádio e TV Difusora) e Raul Moreau (Associação Riograndense de Propaganda).

Acima, transcrevemos na íntegra o que se encontra no livro de Oriente (2004, p.116), inclusive com os erros devidos. Desconfiamos de alguns nomes não conferem. Suspeitamos que “Gilherme Socias Viela” seja “Guilherme Socias Villela”, prefeito de Porto Alegre entre 1975 a 1983.

Com a criação do estado de Rondônia e abertura das escolas para alfabetizar a população local, houve a necessidade de criar uma Universidade para capacitar os professores leigos, visto que estes compunham a maioria dos educadores em Rondônia. Assim, ocorreu o processo de abertura da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a qual teve suas sedes instaladas nas cidades de Cacoal, Ji-paraná e Guajará-Mirim, Vilhena e Rolim de Moura. Alguns anos depois, também abrangeu o município de Ariquemes (BORGES, 2011).

O Ensino Superior em Rondônia tem seus registros na década de 1970, “quando [...] no ano de 1973, foi viabilizado um convênio entre o Governo do Território Federal de Rondônia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim foram instalados os primeiros cursos superiores no Território de Rondônia” (RUEZENNE, 2012, p.59).

A UNIR teve como pioneira as diversas experiências vivenciadas por campos universitários, sendo seu primeiro exemplar, o “Campus Avançado” da cidade de Porto Velho, uma extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que foi instalado na capital em 1971, exercido em áreas priorizadas da região, (...).

Sobre as atividades, implantação, ações, problemáticas e convênios dos Campi Avançados gerenciados por universidades gaúchas, podemos citar informações obtida sobre o Campus Avançado de Rondônia no documento “Uma Visão do Campus Avançado” (1980):

CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA

1. Data de implantação: 6 de agosto de 1969 Local: Boa Vista - Roraima População: 45.000 habitantes Meios de acesso: hidrovía (Rio Branco), rodovia (Manaus — Boa Vista), viação aérea

2. Principais problemas sociais e econômicos — O território tem uma população basicamente composta de índios, o que ocasiona problemas de posse de terras — Sua produção não é suficiente para o consumo e, devido a sua posição geográfica, os produtos do Sul chegam a Boa Vista com preços exorbitantes — A região apresenta alto índice de malária

3. Principais atividades econômicas da região — A economia do território é predominante extrativista (vegetal e mineral)

4. Áreas de influência — Boa Vista — Caracarai

5. Instituições de ensino superior envolvidas — Universidade Federal de Santa Maria Endereço: Campus Universitário - Santa Maria - RES - CEP. 97.100

6. Convênios para implantação Data: 6/8/1969 a 6/8/1974 Partes — Governo do Território Federal de Roraima — Universidade Federal de Santa Maria — Projeto Rondon Obs.: O convênio foi renovado pelas partes envolvidas em 1974 e em 1979 por 5 anos cada vez. Está em vigor até 12/3/1984.

7. Principais projetos e atividades

7.1. Saúde — Atendimentos médico-odontológicos: preventivos e curativos — Curso para atendentes de enfermagem — Orientação sobre Educação sanitária — Curso de saúde pública — Programa materno-infantil — Assistência de enfermagem — Programa de saúde escolar — Curso de atualização de profissionais na área de Odontologia — Campanha de vacinação — Orientação materno-infantil - enfermagem

— Execução de exames radiológicos

7.2. Educação — Curso de licenciatura de curta duração do ensino de 1º grau — Curso de atualização pedagógica: reciclagem de professores — Atividades de educação física — Planejamento e execução de colônia de férias

7.3. Sócio-Econômico — Projeto fundiário: Operação Terra — Assessoramento técnico-administrativo-contábil às instituições locais — Assistência jurídica à comunidade — Assessoramento de jornalismo e relações públicas aos órgãos locais

7.4. Agropecuário — Projeto para implantação de capineiras e pastagens — Instalação e supervisão de hortas — Assistência técnica a propriedades rurais — Curso de técnicas agrícolas e veterinárias — Cadastramento das propriedades e pecuaristas rurais — Assessoramento zootécnico aos pecuaristas — Arborização do perímetro urbano — Projeto cultura: assistência técnica rural — Projeto para desenvolvimento da pecuária de leite de corte do Território de Roraima — Inspeção sanitária aos matadouros municipais — Projeto: criações - avicultura — Engenharia florestal: horto florestal — Levantamento agropecuário — Elaboração de mapas demonstrativos e comparativos dos principais produtos do território a partir de 1970 — Fomento à olericultura no campus e Fazenda São Marcos — Investigação sobre as parasitoses dos animais domésticos — Estudo da sarcosporidiose bovina

7.5. Técnico — Curso de eletrotécnica — Curso de técnicos profissionalizantes — Atividades de engenharia elétrica

CAMPUS AVANÇADO DE RONDÔNIA

1. Data de implantação: 2 de fevereiro de 1971 Local: Porto Velho — Rondônia População: 180.000 habitantes (urbana e rural) Meios de acesso: rodoviário, hidroviário, aéreo

2. Principais problemas

— Migração intensa — Problemas fundiários — A região do País onde existem os maiores surtos de malária

3. Principais atividades econômicas da região — Extrativismo vegetal (borracha, castanha-do-pará) — Lavoura de subsistência baseada na produção de batata doce, feijão, etc. — Exploração de minério - cassiterita
4. Áreas de influência — Porto Velho — Guarajá-Mirim — Vilhena — Ji-Paraná — Abuna
5. Instituições de ensino superior envolvidas — Universidade Federal do Rio Grande do Sul Endereço: Av. Paulo Gama, s/n - Porto Alegre-RS - CEP. 90.000
6. Convênios para implantação Data: 2/2/1971 a 2/2/1979 Partes — Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Projeto Rondon — Governo do Território Termo Aditivo do Convênio — Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Governo do Território — Fundação Projeto Rondon Finalidade: execução dos trabalhos Data: 15/9/1978
Convênio — Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Centro Nacional de Educação Especial do MEC — Governo do Território Finalidade: assistência financeira para treinamento de recursos humanos Data: 13/5/1975 a 13/12/1975 Em 1980 deverá ser assinado convênio entre: — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso — SUDECO — Governo do Território — Prefeitura de Porto Velho — Fundação Projeto Rondon Visando ao funcionamento do campus por um período de 5 anos
7. Principais projetos e atividades
 - 7.1. Agropecuário — Assistência Agropecuária aos agricultores de Ji-Paraná — Curso de Olericultura — Treinamento de recursos humanos em agropecuária — Projeto Arborização de Ariquemes — Levantamento da bacia leiteira de Porto Velho
 - 7.2. Educação — Curso de extensão de treinamento em habilidades técnicas de secretariado — Atividades de educação física na rede escolar de Porto Velho
 - 7.a Saúde — Projeto Ouro Preto — Operação trailer — Assistência médico-odontológica à população de Ji-Paraná
 - 7.4. Técnico — Projeto de casas pré-fabricadas — Cadastramento industrial de Porto Velho

CAMPUS AVANÇADO DE ALTO SOLIMÕES

1. Data de implantação: 19 de novembro de 1972 Local: Benjamim Constant — Amazonas População: 19.962 habitantes, aproximadamente Meios de acesso: avião da FAB e comercial até Tabatinga ou acesso hidroviário
2. Principais problemas sociais e econômicos — População predominante indígena, que não possui as terras totalmente demarcadas "Seita de Santa Cruz", dirigida por um fanático religioso: Irmão José da Cruz, que tem ascendência total sobre a população ribeirinha, que obedece, cegamente, às suas ordens.
3. Principais atividades econômicas da região — Extração de madeira — Extrativismo animal
4. Áreas de influência — Benjamim Constant — Atalaia do Norte — Santo Antônio do Içá — São Paulo de Oliveira
5. Instituições de ensino superior envolvidas — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Endereço: Avenida Ipiranga, n.º 6.681 - Caixa Postal 1.429 Porto Alegre - RS - 90.000
6. Convênios para implantação — Data 19/11/1972 a 28/11/1977 Partes — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — Prefeitura Municipal de Benjamim Constant — Projeto Rondon Renovado em 28/11/1977 a 28/11/1982 pelas partes envolvidas
7. Principais projetos
 - 7.1. Educação — Curso de nivelamento - capacitação de professores leigos rurais — Capacitação e reciclagem de professores bilíngues indígenas — Assessoramento psicopedagógico aos estabelecimentos educacionais — Colônia de férias — Levantamento educacional — Curso de licenciatura de curta duração do ensino de 1º grau
 - 7.2. Saúde
 - Atendimento médicoambulatorial - Projeto de saúde bucal - Saúde pública -- Programa incremental de odontologia - Curso de agente de saúde - Pesquisa do índice de atividade cariada e cronologia de erupção dental - Programa integrado de

saúde - Campanha de imunização - Atendimento médico-odontológico, preventivo e curativo - Campanha de vacinação - Educação sanitária - Exame biométrico
 7.3. Técnico - Assessoramento à prefeitura de Benjamin Constant - Elaboração de plantas e projetos - Cadastramento imobiliário
 7.4. Socioeconômico - Pesquisa antropológica - Projeto de ação comunitária - Preparação de mensageiros sociais - Pesquisa para determinar o uso da flora na medicina popular - Pesquisa "O Coronelismo de Barranco" - A arte e o artesanato Tikuna e a influência das imagens referenciais - Projeto fundiário — Operação Terra
 7.5. Agropecuária - Treinamento agropecuário - Projeto de agricultura, horticultura, pastagem, suinocultura e gado leiteiro - Assistência técnica no campo da agropecuária - Assistência veterinária Programa de avicultura - Instalação e supervisão de hortas - Assessoramento zootécnico aos pecuaristas

CAMPUS AVANÇADO DE CÁCERES

1. Data de implantação: 13 de setembro de 1973 Local: Cáceres — Mato Grosso População: 55.000 habitantes (urbana e rural) Meios de acesso: rodoviário, aviação - FAB e taxi-aéreo
2. Principais problemas sociais e econômicos — Falta de assistência à classe de baixa renda
3. Principais atividades econômicas da região — Agropecuária — Extrativismo animal
4. Áreas de influência — Cáceres — Mato Grosso — Mirassol do Oeste
5. Instituições de ensino superior envolvidas — Universidade Federal de Pelotas Endereço: Faculdade de Veterinária de Pelotas - RS — 96.100 — Universidade Católica de Pelotas — Fundação Universidade do Rio Grande — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
6. Convênios para implantação Data: 13/9/1973 a 13/9/1978 - 1º convênio Partes — Universidade Federal de Pelotas — Universidade Católica de Pelotas — Fundação Universidade do Rio Grande — Fundação Universidade Federal do Mato Grosso — Prefeitura Municipal de Cáceres — Projeto Rondon Data: 14/9/1979 a 13/9/1984 - 2º convênio Partes — Universidade Federal de Pelotas — Universidade Católica de Pelotas — Fundação Universidade do Rio Grande — Fundação Universidade Federal do Mato Grosso — Governo do Mato Grosso — Prefeitura Municipal de Cáceres — SUDECO — Fundação Projeto Rondon
7. Principais projetos e atividades
 - 7.1. Agropecuário — Projeto de pesquisa de brucelose, tuberculose e mamite em gado leiteiro — Projeto de fitossanidade — Projeto de solo — Projeto de horticultura — Projeto de viabilidade de introdução de espécies forrageiras — Projeto de soja — Projeto de extensão rural
 - Projeto de pesquisa de doenças infecto-contagiosas — Projeto de assistência veterinária — Projeto de levantamento da situação da pesca e pescadores do Rio Para guai
 - Projeto de assistência e orientação veterinária preventiva e curativa
 - 7.2. Educação — A criança e a primeira infância
 - 7.3. Saúde — Projeto de assistência odontológica preventiva e curativa — Curso de enfermagem básica — Curso de enfermagem pediátrica — Assistência médico-curativa — Trabalho de base em nutrição aplicada
 - 7.4. Sócio-Econômico — Programa de assistência e assessoramento a órgãos e comunidades — Grupos de ação social — Assistência jurídica e incentivo à documentação — Serviço assistencial comunitário — Projeto de ação integrada no interior — Curso de orientação e treinamento de bibliotecas

Além dessas informações, a partir de levantamento preliminar no Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SABI), encontramos pesquisas e atividades envolvendo o Campus Avançado de Rondônia e Operações no Estado do Rio Grande do Sul. Temos o registro de um Relatório

Especial de uma Operação no Vale do Taquari (1973), talvez uma Operação Regional por ter sido realizada durante o mês de julho, porém, talvez Especial devido ao seu enfoque médico, de preparação à implantação de programas de saúde nos estabelecimentos de ensino da região do Vale do Alto Taquari. Foi feito um convênio entre Coordenação Regional Sul do Projeto Rondon, as Secretarias Estaduais da Saúde e de Educação e Cultura e a UFRGS. Encontramos também um levantamento de um pequeno vocabulário popular do Território de Rondônia feito no Campus Avançado em Porto Velho por Lothar Hessel em 1973 e publicado em 1974. Além disso, há o registro de uma Operação Especial de levantamento zoobotânico no Parque do Caracol em 1973 em convênio entre o Projeto Rondon, CRTUR e a UFRGS, bem como o Registro de uma Operação Especial Escolar feita no Campus Avançado de Rondônia em Porto Velho no ano de 1974, sob convênio com o governo do Território de Rondônia.

Por meio de entrevistas, temos conhecimento de participação: do estudante de Geografia Heinrich Hasenak, em 1978, em Operação Nacional; do estudante de Medicina João Falk em Operação Nacional, em 1978, em São Miguel d'Aleixo em Sergipe e Operação Regional em 1981; do estudante de Medicina Jorge Buchabqui em 1968 na Operação II (Regional) na região de Tramandaí e Osório no Rio Grande do Sul e na Operação III (Nacional) como monitor; do estudante Rondon Medeiros, primeiro na Operação Regional em 1981 na Vila Vasconcelos (atual Sentinela do Sul), como secundarista de Escola Rural Técnica, na Operação Regional de 1982, como estudante de Educação Física, e coordenando como monitor, e na Operação Nacional de 1983 no Rio de Janeiro. Temos ciência também da participação de Mario Inácio Frank em Operação Nacional em Vila Pavão no Espírito Santo, em 1982, possivelmente, e na Operação Regional de 1981 junto de Rondon Medeiros, atuando como estudante de Engenharia; Regina Martins em 1979 em Operação Nacional em Corumbá de Goiás atuando como dentista e de Pércio (na época, estudante de Geologia) e Jane (estudante de Ciências Sociais no período) atuando na Operação Regional de 1968 (Jane atuando em Lageado e Pércio em Lavras do Sul) e nas Operações Nacionais V em 1970 (em Arapiraca, AL) e VII em 1971 (em Pirapora, MG). Sabemos também que Pércio participou da Operação Nacional de 1968 (Operação III) em Rondônia. Lista-se também entrevista realizada com Denis Dockhorn, que atuou como dentista na Operação Nacional de 1972 em Santo Antônio do Jacintho no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e em Operação Regional de 1973 no Vale do Taquari. Além dessas entrevistas, o Núcleo Rondon UFRGS conta com entrevista de ex-servidora Ângela Iahnig da Fundação Projeto Rondon de 1976 até

a dissolução do Projeto em 1989. As entrevistas, junto da bibliografia, permite entrecruzar informações e relatos, analisando-os mais detalhadamente. Teríamos assim registros parciais da participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Projeto Rondon nos anos de 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1978, 1979, 1981 e 1982, além do registro generalista do Funcionamento do Projeto Rondon no Rio Grande do Sul entre 1976 a 1989.

Além desses registros, contamos com entrevistas realizadas pelo Exército com participantes do Campus Avançado da UFRGS. No caso, Mercedes Marchant Wolff, 1º Coordenadora de GTU (Grupo de Trabalho Universitário) que organizou a instalação do Campus Avançado de Rondônia em Porto Velho, e Ubirajara Linhares, o 2º Diretor do Campus Avançado de Rondônia. Sabemos, por Wolff (2007), que o 1º Diretor do Campus Avançado de Rondônia foi o Prof. Luiz Osvaldo Calveti Côrrea que, porém, teve uma direção breve de apenas um mês, devido a complicações que teve na época, e que o Prof. Fernando Lunardi o sucedeu no GTU. Também, é conhecido o 3º Diretor do Campus Avançado de Rondônia, Leonardo Rossi, citado por Borella (2019) como Diretor em 1972 e comentado o seu nome em bibliografia do período. Igualmente, por meio desta, temos ciência da iniciativa do ex-vice-reitor Ivo Wolff e ex-reitor Faraco, junto do Cel. Aloysio Weber, na criação do Campus Avançado, do apoio de Ivo Wolff, quando reitor ao Campus Avançado, e de disputas posteriores na troca de reitor que levaram ao fim do Campus, segundo Mercedes Wolff (2007), finalizado em 1976 como política da UFRGS, fato ao qual Linhares (2007) concorda, porém que entra em discordância com informações presentes em Silveira (1987) e pelo Conselho de Reitores (MEC, 1980), que colocam o convênio da UFRGS com o Campus até 1979 e depois a entrega para a UFMT. Wolff também relata a importância do Dr. Ivo Khul no Campus Avançado, do pediatra Dr. Pilla, além de citação da história do Campus Avançado no livro “Eles não viveram em vão” de Gal Tibério de Macedo. Relata também a palestra que realizou na Universidade de Gante (Bélgica) sobre o Projeto Rondon, bem como sobre a boa recepção a respeito e espanto positivo estrangeiro para com o trabalho das universidades brasileiras nesse episódio. Relata também haver sempre superoferta de estudantes que queriam participar do Campus Avançado, de ter feito a aula inaugural do CPOR/POA sobre o Projeto Rondon e ter divulgado o Projeto Rondon na disciplina de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, tendo este como objeto principal da cadeira. Por outro lado, devido à documentação do Projeto Rondon encontrada no sistema de biblioteca da UFRGS, sabemos que em 1974 o Campus Avançado de Rondônia tinha como diretor Elmo José Zibetti. Por meio de conversas informais, temos ciência

também do professor Francisco Camargo Netto ter sido Diretor do Campus Avançado de Rondônia, em 1973 possivelmente.

Há o registro por parte de Ângela Iahnig de uma série de contribuições do Projeto Rondon a políticas governamentais, como a relativa à distribuição do leite. Cita também fato novo não conhecido na bibliografia, de uma possível disputa de verba com o órgão governamental SEAC criado no governo Sarney para prestar assistência social. Há relatos também por parte de estudantes de problemas encontrados nas Operações, estratégias de ação e modo de proceder dos rondonistas na coordenação das Operações. Se dará uma atenção maior às entrevistas obtidas, analisando-as com maior cuidado. Teríamos também, dessa forma, o registro parcial de sete anos da atuação da UFRGS, em alguns recortes específicos, com o acréscimo de relatos por escritos em livro “Aventura na Amazônia” (2008), em que se encontra o relato de dois rondonistas que eram estudantes na UFRGS no momento da Operação III, de 196. A Operação de 1983 não se encontra relatada no acervo de entrevistas que o presente autor teve acesso, ainda que se registre a participação do estudante Rondon Medeiros. Igualmente, sabemos por informação da entrevista com Rondon Medeiros das Operações Nacionais terem sofrido um corte orçamentário que as teriam paralisado a partir de 1983 até período desconhecido. Saberíamos, portanto, que possivelmente a UFRGS tenha participado de todas Operações do Projeto Rondon até pelo menos o ano de 1983 e, possivelmente, até o seu final em 1989. Porém, não temos disponível essa informação. Igualmente temos disponível o relato, por escrito, no livro “A imigração sírio-libanesa pelas memórias de Tanous”, da Operação III, por Jorge Buchabqui, que participou como monitor, no então Território Federal de Rondônia.

Por meio do livro “Projeto Rondon – Integrar para não Entregar” (2004), temos a ciência também da participação de estudantes gaúchos em diversas Operações, bem como em ações realizadas, tanto no nível regional quanto nacional. Podemos, dessa forma, termos alguma ideia do caráter das atividades do Projeto Rondon no Rio Grande do Sul e por meio de estudantes gaúchos no nível federal nessa Primeira Fase, entre 1967 a 1989.

Há, em 1973, convênio nacional do Projeto Rondon com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) nas áreas de fiscalização e arrecadação, assistência médica e seguros sociais, sob o plano “Operação Conjugada Projeto Rondon/INPS”. Nacionalmente foram mobilizados 10.922 estudantes, que recebiam um auxílio de custo baseado no salário mínimo regional visando suprir necessidades de transporte e alimentação. No primeiro semestre de 1973, houve 11 convênios nesse sentido no Rio Grande do Sul. No mesmo ano, temos notícia

da vacinação de 36% das crianças em Porto Alegre em 56 bairros por rondonistas, com dois trailers para isso, cedidos pela prefeitura municipal e pelo Ministério da Fazenda. Por outro lado, mediante o Projeto Rondon, levantou-se a existência de 22.058 famílias vivendo em 19.326 barracos ou cortiços na mesma cidade, gerando um convênio de 100 mil cruzeiros entre o Departamento Municipal de Habitação para pesquisa de 222 estudantes entre novembro de 1972 e março de 1973. Se apurou a existência em Porto Alegre de aproximadamente 135 núcleos de favelas na época. Não se tem clareza, no livro consultado de Oriente (2004), se parte dessas Operações se inseriam na Operação XI do Projeto Rondon. Possivelmente na Operação XII do Projeto Rondon (segundo subentende-se pelo registro no livro de Oriente (2004), em 1973, em Porto Alegre, por pedido do Centro Arquidiocesano de Promoção de Empregadas Domésticas, realizou-se um levantamento do número de empregadas domésticas registradas, ou não, no INPS, facilitando cadastro das que não estivessem e ofertando cursos como de coperias, cozinheiras e doceiras para as tais.

Alguns estudantes gaúchos, da UFRGS, um bioquímico, um dentista e duas enfermeiras, inauguraram a política oficial de fixação de mão-de-obra do Projeto Rondon em Porto Velho, em Rondônia, junto de outros estudantes no país que fixaram-se em Altamira, no Pará, Barreiras na Bahia e Humaitá no Amazonas.

É citada uma Operação Regional no Vale do Taquari, em 1974, em 13 municípios, com a execução de um plano piloto para implantação de Programas de Saúde de estabelecimentos escolares do 1º grau. Possivelmente, devem estar ligadas a Operações Regionais anteriores que temos notícia, a qual conhecemos por meio de relatório escrito e entrevista com Denis Dockhorn. Sendo assim, seria de se questionar a acusação feita sobre a descontinuidade das ações como uma regra. Na Operação Regional XIV de 1974 (presumivelmente, pela ordem cronológica do livro), 650 universitários atuaram no Rio Grande do Sul em convênio com órgãos públicos e privados junto da TECO TRIGO, na área de Agronomia e Administração. Levantou-se a situação de departamentos técnicos de 58 cooperativas de trigo e soja, e outros registraram as condições sócioeconômicas de produtores de leite na Região da Glória⁴⁸ e da Grande Porto Alegre, em 24 municípios.

Em 1975, no Rio Grande do Sul, rondonistas verificaram as condições carcerárias em 84 penitenciárias e 7 “casas grandes”, com aproximadamente 5.000 presos. Houve a participação de 50 universitários na ação, em que se aplicaram questionários em detentos e

⁴⁸ Questiona-se se não houve erro de digitação na obra de Esther Oriente, se não seria Glorinha. Por outro lado, é do nosso conhecimento existir um bairro de Porto Alegre chamado Glória.

administradores. Também houve a atuação de estudantes gaúchos nas cidades-satélite de Brasília, em 1975, com menores abandonados em parceria entre o Projeto Rondon a UnB (Universidade de Brasília) e Fundação de Serviços Sociais. Durante a Operação Regional de 1975, 14.650 universitários de Agronomia e Administração fizeram levantamento da situação de departamentos técnicos de 58 cooperativas de trigo e de soja no Rio Grande do Sul, e outros 20 estagiários apuraram as condições socioeconômicas de produtores de leite da região da Glória⁴⁹ e de Grande Porto Alegre. Também, novamente na Operação Regional desse ano, houve a atuação de rondonistas em Programas de Saúde em estabelecimentos de ensino do 1º grau em 13 municípios do Alto Taquari, com 78 universitários da UFRGS. Também, em 41 municípios gaúchos, levantou-se dados para estimativas das variáveis no custo das principais culturas agrícolas estaduais, entregando-os para a Secretaria de Agricultura. Ainda, conforme Esther Oriente (2004, p.105):

Um total de 17.770 frascos de remédios foram doados pelo laboratório BIK Prociene Indústria Farmacêutica Ltda. à Coordenação Regional Centro Sul, em novembro de 1975, para combate a parasitas intestinais e ainda 3.000 escovas de dentes pela Johnson&Johnson S/A.

Temos também a notícia de que, em 1976, uma revista da Índia, foi publicada uma reportagem de duas páginas sobre o Projeto Rondon e o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, citando sobre os Campi Avançados, em especial, o de Porto Velho, em Rondônia, mantido pela UFRGS. Temos notícia de, também em 1976, o Campus Avançado de Rondônia (Porto Velho), por meio de alunos de Educação Física da UFRGS, realizarem curso de orientação técnica para professores de colégios. Igualmente, rondonistas do curso de Arquitetura fizeram um levantamento para a implementação de uma escola e Engenheiros Civis fizeram projeto de eletrificação em escola local. No mesmo ano, 720 rondonistas atuaram em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília para fazer levantamento de rede hoteleira. Além disso, há o registro de terem sido enviados 15 universitários da UFRGS para o Campus Avançado de Rondônia para estudarem em Guajará-Mirim e em Porto Velho, buscando continuar trabalhos anteriores na Medicina, Engenharia e Odontologia. Continuaram a arborizar as vias públicas e levantaram informações sobre a flora nativa amazônica e de técnicas agrícolas em horticultura no Patronato Oswaldo Cruz.

Ocorreu, em 1977, uma Operação Especial Interestadual chamada de Operação Turismo, em convênio entre a Embratur e os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, mobilizando 127 estudantes. Além dessa Operação, houve outras. Esther Oriente cita

⁴⁹ Ver nota 37.

também um trabalho com a **IBDF** no Rio Grande do Sul e no Piauí com 28 rondonistas. Há o registro de que foi adquirido, em 1977, um conjunto de trailers para atendimento médico-odontológico do Campus Avançado de Rondônia pela UFRGS. Entretanto, pelo que é do nosso conhecimento, em tal época o Campus Avançado de Rondônia já estaria sob gerência da UFMT. Temos a informação também de que, em 1977, os Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais já triam realizado 180 Seminários de Estudos Integrados (SEI) com mais de 20 mil estudantes.

Temos o registro, na Operação Nacional XX, em 1978, de estudantes gaúchos terem atuado em Corumbá de Goiás. Consta um depoimento do grupo no livro referido de Oriente (2004). Temos o registro de, em 1979, por meio de entrevista com a rondonista Regina Martins, estudantes da UFRGS e do Rio Grande do Sul atuarem em uma Operação Nacional na mesma localidade. Não temos certeza se possa haver alguma confusão nas datas fornecidas por Oriente ou na entrevista realizada pelo Núcleo Rondon UFRGS. Segundo o registro de Oriente (2004, p.181), na Operação Nacional XX, em 1978, 800 universitários gaúchos, paraenses e paranaenses atuaram em 47 cidades de Goiás. Os estudantes gaúchos e paraenses estiveram sob a responsabilidade da Diretoria Executiva do Projeto Rondon de Goiás, sob a direção do Prof. Osvaldo Guimarães.

Há o registro do Projeto Rondon realizar, em janeiro de 1979, a Operação Imprensa, com a participação de jornalistas de diversos estados e empresas, sendo parte deles da TV Difusora de Porto Alegre. No mesmo mês, temos ciência da atuação de 460 universitários do Rio Grande do Sul em 26 municípios em Goiás. Talvez, nessa mesma Operação tenha-se voltado ao município de Corumbá de Goiás onde, segundo entrevista que temos, a rondonista Regina Martins teria atuado nesse ano de 1979 como dentista. Há a informação também de, em 1979, a coordenadora do Projeto Rondon no Rio Grande do Sul ser Cleide Maria Marques. Além desses pontos, temos também a informação de que, presumivelmente em 1979, pela disposição cronológica dos fatos no livro de Oriente (2004, p.220):

O Programa de Operações Especiais, PROESP e CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa) do Ministério do Trabalho, em Porto Alegre (RS), reuniram-se com a finalidade de promover a avaliação da primeira fase da operação Segurança do Trabalho, com treinamentos de trabalho junto às microempresas.

Em 1981, relata-nos Oriente (2004, p.281) de se haver feito um Programa de Vacinação no Rio Grande do Sul pelo Projeto Rondon nos municípios de Passo Fundo, Rio Grande, Uruguaiana, Caxias e outras, havendo palestras em 27 escolas, além de se mobilizar dezenas

de universitários para treinamentos e jornada de vacinação e aleitamento, em convênio com a Secretaria da Saúde. Por outro lado, no mesmo ano, temos a seguinte referência:

Com a intenção de atuar em programas de Ação Social, numa jornada de Educação Ambiental, Saúde, Menor Abandonado e Recreação Orientada, foram convocados 8.500 universitários de todos os níveis, visando atingir mais de 30 vilas carentes em Porto Alegre e outros municípios, como Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo. Foram atendidas crianças e mães, nos setores de saúde e educação, sendo mobilizados na primeira frente de trabalho cerca de 1.900 estudantes. (ORIENTE, 2004, p.282)

Adicione-se também ao ano de 1981 a criação de um Centro de Atuação Permanente em Santo Antônio da Patrulha, com a colaboração do prefeito Ferrulio Tedesco Neto, o superintendente da Sudesul Antônio Pires, o delegado da **SENAR**, Luiz Alberto Macedo, e o coordenador do Projeto Rondon, Tide José Martins. Se utilizou a Fundação Estadual e Agrícola de Santo Antônio da Patrulha como alojamento dos estudantes. Além disso, no mesmo ano, conforme Oriente (2004, p.285):

Também, em Porto Alegre, 14 integrantes de Pedagogia, Letras, Arte, Matemática e Psicologia visitaram o presídio local, num programa didático-pedagógico, desenvolvido pela estudante Maria Stela Maris Santos, da Psicologia, com realização de pesquisas.

Em acréscimo, em 1981, temos o registro de se ter iniciado o Plano de Ação Comunitária no Rio Grande do Sul (isto é, não nacionalmente, pois temos o registro da frente “Ação Comunitária” ter início em 1980, segundo Silveira em “Universidade brasileira: a intenção da extensão”) com trabalhos realizados na vila de Nossa Senhora de Fátima, com participação da PUCRS, UFRGS, UPF (Universidade de Passo Fundo) e UFSM, com aulas do professor Tide José Martins, coordenador do Projeto Rondon Estadual do Paraná, sobre problemas humanos e sociais.

Por outro lado, temos também o registro de entrevista de Myriam Moreira sobre os Campi Avançados, em 1981, para o Correio Braziliense em que transcrevemos abaixo trecho comentando sobre o fechamento temporário do Campus Avançado de Porto Velho:

(...) Passados esses 12 anos poderia se fazer uma análise crítica do que aconteceu nesse período? A Senhora acha que o programa cumpriu aquelas metas previstas pelos seus criadores?

Resposta: O problema de cumprir é sempre alguma coisa muito difícil de dizer. Porque no momento em que você diz: eu cumpri, o processo termina, não é? Então, eu acho que é um processo que vem amadurecendo. O Projeto Rondon reconhece que, às vezes, não se conhece os seus acertos. Existem grandes vitórias, e há momentos de um quase retrocesso no programa; nós tivemos mesmo dois Campi Avançados fechados durante alguns anos e, que hoje, estão funcionando em Porto Velho e Barreiras. (MOREIRA *apud* ORIENTE, 2004, p.302)

Ainda sobre 1981, encontramos a seguinte citação de Oriente (2004, p.312):

Em Porto Alegre (RS) foram convidados pelo PRO (Projeto Rondon) universitários para quatro novos programas: Jornada de Saúde Comunitária, Educação ambiental, Ação Menor Abandonado e Recreação Orientada, programas que visavam atingir 8.500 universitários, atuando em 30 vilas carentes e mais 128 unidades nos municípios de Sta. Maria, Pelotas, Rio grande, Uruguaiana, St. Ângelo, Caxias do Sul e Passo Fundo.

Quanto ao Setor de Educação Ambiental, atuaram 1.800 estudantes, incluindo prevenção, correção e educação ambiental, saneamento e higiene e questionamento sobre problemas ecológicos nas localidades.

Quanto ao menor abandonado, 1.800 gaúchos fizeram um trabalho, realizando um levantamento do número de desocupação, delinquência e desajuste familiar.

No setor de recreação não foi diferente; estudantes promoveram atividades recreativas orientadas, com alunos de 7 a 14 anos.

Por fim, há também a seguinte informação prestada por Oriente (2004, p.313): “No Rio Grande do Sul, muitos universitários perceberam vencimentos na orientação da lavoura. Sempre estes profissionais eram depois absorvidos pela sociedade prestando serviços com salários melhores.”

No geral, essas informações levantamos no momento, além da realização das entrevistas, sobre o Projeto Rondon na sua Primeira Fase (1967-1989) em relação ao Rio Grande do Sul e à UFRGS.

Conclusão

A partir do presente artigo, podemos ter alguma ideia tanto da extensão universitária brasileira durante o Regime Militar, no que tange ao Projeto Rondon, quanto de parcialmente termos ciência da participação da UFRGS, bem como de outras universidades no Estado do Rio Grande do Sul em tal programa.

Podemos historicizar o Projeto Rondon durante o Regime Militar durante uma série de fases. Houve, de início, a iniciativa informal da Universidade de Guanabara e outras de concebê-lo e realizar a Operação Zero em Rondônia, em que se estabeleceu a ideia do Projeto Rondon atender comunidades em situações precárias socialmente, de início na Amazônia, com o fim de integrar tal região ao Estado Brasileiro. A partir de 1968, a iniciativa é adotada pelo Governo Federal. Podemos pensar em uma Fase Inicial, entre 1967 e 1970, em que o Projeto Rondon é concebido, formalizado e oficializado. Tal fase seria marcada por certa dose de improviso. Já em 1970, com a criação da Fundação Rondon, há uma institucionalização do Projeto, uma maior organização e uma crescente e significativa expansão desse programa de extensão universitária. O Projeto Rondon teria adquirido um caráter de grande significância nacionalmente, mobilizando centenas de milhares de estudantes. Igualmente, ao longo de sua

história, teria vivido inúmeras transformações. Porém, chegando ao período da década de 1980, há uma progressiva crise bem como crescente desmonte do Projeto Rondon, muito associado com o fim do Regime Militar, havendo quem aponte tal crise em 1983, outros em 1985.

O Projeto Rondon teria assumido um papel laboratorial da extensão universitária durante o Regime Militar. Teria surgido tanto de insatisfações estudantis em demandas suas reprimidas quanto da iniciativa governamental de propor uma solução para essas. Foi alvo de controvérsias por setores radicalizados à direita e à esquerda desde ao menos 1971. Ao mesmo tempo que o Projeto Rondon possibilitava a inúmeros estudantes e mesmo professores atuarem no campo da extensão e de ações em prol da sociedade brasileira, era muitas vezes questionado por sua vinculação com o governo do período, bem como por certo caráter assistencialista que muitas vezes poderia reproduzir, além de não questionar em si a estruturação social do país e consequentemente raízes dos problemas aos quais propunha-se a solucionar. O Projeto Rondon se inseriu também em uma visão desenvolvimentista do período, crendo que os problemas sociais brasileiros se resolveriam apenas por um maior desenvolvimento econômico e técnico.

Por outro lado, o Projeto Rondon possibilitou, com certa dose de liberdade considerando o contexto do período militar, a organização de ações no campo da extensão dos estudantes em uma multiplicidade de visões políticas e de sociedade. Houve uma preocupação constante, conforme a bibliografia já citadas, em não se excluir os estudantes de participarem do Projeto Rondon por suas visões políticas. Igualmente, houve inclusive certa liberdade a respeito em professores que porventura atuaram no Projeto Rondon; em que temos o registro, no caso da UnB, de atuação docente parcialmente em desacordo dos interesses governamentais da época. Havia a preocupação constante das decisões do Projeto Rondon serem plurais e feitas a partir de decisões coletivas, em que pelo menos um terço da Fundação Rondon seria composta de estudantes e houvesse conselhos com representantes da sociedade civil. Além disso, procurava-se avaliar todas as ações realizadas, buscando igualmente consultar, no caso das Operações Nacionais e Regionais, representantes das comunidades locais. Por mais que possa se questionar quem seriam vistos como representantes da sociedade civil ou de comunidades locais, trata-se de pontos a serem lembrados da História do Projeto Rondon.

No que tange às ações, se destacaram as Operações Nacionais, Regionais e Especiais, os Campi Avançados, os Centros de Atuação Permanente. No caso das Operações Nacionais, ocorriam nas férias de verão universitárias em municípios com situação precária socialmente,

no geral, durante 30 dias aproximadamente. As Operações Regionais ocorriam nas férias de inverno, durante 15 dias aproximadamente, em municípios geralmente próximos e do mesmo estado dos rondonistas. As Operações Especiais eram Operações que ocorriam em qualquer período do ano a partir de demandas às quais chegavam à Fundação Rondon ou ao seus Campi Avançados. Ocorriam por meio de parcerias público-privadas que sustentavam as ações extensionistas dos estudantes rondonistas em frentes de atuação, no caráter de trabalho voluntário. Os Campi Avançados eram campi universitários dedicados exclusivamente à extensão, feitos primeiramente na Amazônia e depois em outras regiões em condições precárias socialmente, como no Nordeste. Nesses campi, se revezavam mensalmente professores e estudantes, enquanto anualmente uma equipe de professores universitários organizavam as ações a partir dos campi. Já os Centros de Atuação Permanente eram versões regionais dos Campi Avançados. Temos a notícia da UFRGS ter se envolvido em todas essas frentes de ação do Projeto Rondon.

Em relação à UFRGS e ao Estado do Rio Grande do Sul, podemos dizer que houve uma forte participação e adesão ao Projeto Rondon, mesmo que não necessariamente de toda comunidade acadêmica. Cinco universidades do Rio Grande do Sul chegaram a manter Campi Avançados (sendo um deles o de Rondônia, gerenciado pela UFRGS). Igualmente, vemos a existência de ao menos dois Centros de Atuação Permanente, em Porto Alegre e Osório. Sabemos também que o Rio Grande do Sul participou desde a Operação II do Projeto Rondon, isto é, da primeira Operação Regional. Igualmente, sabemos que estudantes da UFRGS participaram da Operação III, a segunda Operação Nacional oficial.

Por outro lado, cabe salientar do Projeto Rondon, entre 1967 a 1989, ser capitaneado não diretamente pelas universidades, mas primeiramente pelo Exército e depois pela Fundação Rondon. Nesse sentido, a UFRGS se inseria no Projeto Rondon quanto à origem dos seus estudantes que participavam das ações rondonistas. Exceção, porém, sejam feitas aos Campi Avançados e Centros de Atuação Permanente, em que as universidades os manejavam.

Temos, como Núcleo Rondon UFRGS, a informação de uma série de Operações Nacionais, Especiais e Regionais que estudantes da UFRGS participaram por meio do livro de Esther Oriente (2004), relatórios e entrevistas. Realizou-se uma série de entrevistas com antigos rondonistas provindos da UFRGS. Além disso, conseguiu-se levantar outras informações por meio de entrevistas transcritas realizadas pelo Exército Nacional. Acrescenta-se, igualmente, entrevista realizada pelo pesquisador Adolar Koch com o outrora estudante rondonista da

UFRGS, Flávio Borella. Além disso, nos foi útil livros autobiográficos como de Jorge Buchabqui (2017) ou a obra coletiva “Aventura na Amazônia”.

Dessa forma, pensamos que pudemos fazer um levantamento inicial da atuação da UFRGS no Projeto Rondon na sua Primeira Fase (isto é, entre 1967 a 1989), bem como da importância deste programa governamental para a história da extensão universitária no Brasil. Esse artigo buscou fazer uma síntese geral desse levantamento realizado pelo Núcleo Rondon UFRGS.

Referências consultadas:

BORELLA, Flavio. **Entrevista concedida a Adolar Koch**, Repositório de História Oral-UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/repho/acervo/>

BORGER, Liliane Souza Silva; TÉCHIO, Kachia Hedeny. **Memórias e história de professores do ensino superior: imagens e percursos formativos de 1980 à 1990**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIR: Rolim de Moura, 2019

BUCHABQUI, Jorge Alberto. **E eis a nossa estória inicial em Guajará-Mirim. A imigração sírio-libanesa pelas memórias de Tanous**. 2ªedição: Porto Alegre, 2017, p.36-47. Disponível em: http://www.jabuchabqui.com.br/pdfs/tio_tanous.pdf

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, v. 40, n. 2, 1997. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003

CHOERI, Wilson. **Entrevista cedida ao Coronel Sérgio Mário Pasquali, em 23 de fevereiro de 2006**. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.)História Oral do Projeto Rondon. Tomo I. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 2006

DE LIMA, Gabriel Amato Bruno. **A contestação, um fenômeno mundial: movimento estudantil e ditadura civil-militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69)**. XVIII Encontro Regional ANPUH-MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340545664_ARQUIVO_GabrielAmato-TextoparaaANPUH2012.pdf

DE MEDEIROS, Maria Osanette. **Campus Avançado do Médio Araguaia: um olhar sobre a experiência na formação de educadores em uma perspectiva libertadora**. Revista Participação, ano 17, n. 30, UnB Brasília, 2017, p. 100. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/view/1582>

DEMO, Pedro. **Campus Avançado**. Estudos em Educação, 1984.

DOS SANTOS, Maria da Soledade Simeão; MENDES, Isabel Amélia Costa. **Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v. 9, no. 1, 2005, p. 124-137.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal**. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Editora FGV, 2015. Disponível parcialmente em: encurtador.com.br/clU34

FRAGOSO, Maria Luiza P. G. **O desejo de abraçar o Brasil**. Revista Participação, ano 17, n. 30, UnB Brasília, 2017, p. 9-14. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/view/1582>

FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. **Integrar para não entregar: a atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969)**. XXIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502674747_ARQUIVO_Textocompleto-RafaelaMateusAntunesdosSantosFreiberger.pdf

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON; CRTUR; UFRGS. **Levantamento Zoobotânico do Parque do Caracol**. 1973

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, **Projeto Rondon: uma experiência vitoriosa**. Brasília, 1973

GARCIA, Mariana Magalhães Gomes. **Michel Assbu: 50 anos de medicina e de Rondon**. Revista Dialogos, v.21,n. 2, 2018. Disponível em:
<https://bdtd.ucb.br/index.php/RDL/article/view/9112>

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento**. Antíteses, v. 8, n. 15, 2015, p. 269-291. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1933/193340842013.pdf>

HESSEL, Lothar. **Pequeno Vocabulário Rondoniense**. Campus Avançado da UFRGS, Porto Velho- Porto Alegre, 1974

KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB-estudos de problemas brasileiros na ditadura militar e civil brasileira-1970/1993: o caso da UFRGS**. 2019. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194450>

LINHARES, Paulo Ubirajara. **Entrevista cedida ao Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, em 13 de dezembro de 2006**. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.) História Oral do Projeto Rondon. Tomo II. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2007

LIU, Letícia Maria Mayr; WREGGE, Mário Luiz; TERRELL, Marly Cunha; BRANCO, Percio de Moraes; DREUX, Ronald Dória. **Aventura na Amazônia: uma lição de vida no Projeto Rondon**. Porto Alegre, 2008.

MEC. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília, 1980. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>

MIRÓ, José Carlos. **Entrevista cedida ao Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues em 14 de novembro de 2005**. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.) História Oral do Projeto Rondon. Tomo II. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2007

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul): uma análise crítica, 1990**. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252791/1/Monteiro_ReginaClare_M.pdf

MOREIRA, Myriam Levy Cardoso. **Entrevista cedida ao General Geraldo Luiz Nery da Silva, em 21 de julho de 2005**. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.) História Oral do Projeto Rondon. Tomo I. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2006

MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.) **História Oral do Projeto Rondon. Tomo I**. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2006

MOTTA, Aricildes de Moraes. (org.) **História Oral do Projeto Rondon. Tomo II**. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2007

ORIENTE, Esther Barbosa. **Projeto Rondon – Integrar para não Entregar**. Kelps, Goiânia, 2004.

PASQUALI, Sérgio Mario. **Entrevista cedida em 2005 ao General Leslie Antonio Alcoforado, em 5 de maio de 2005**. In: História Oral do Projeto Rondon. Tomo I. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2006

PEREIRA, Daline Vinhal. **Um olhar sobre o projeto Rondon e a dimensão ambiental. 2009**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33534176.pdf>

QUINTAS, José Silva. **Extensão universitária no Vale do Araguaia: contextualizando a experiência do Campus Avançado da UnB entre 1976 e 1978**. Revista Participação, ano 17, n.30, UnB Brasília, 2017, p. 47-61. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/download/1582/part2017#page=47>

QUINTAS, José Silva. **Extensão universitária no Vale do Médio Araguaia: a prática no Campus Avançado**. Revista Participação, ano 17, n. 30, UnB Brasília, 2017, p. 62-77. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/download/1582/part2017#page=62>

RODEGHERO, Carla, *et al.* **Manual de Procedimentos. Repositório de Entrevistas de História Oral/UFRGS**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/repho/wp-content/uploads/2018/08/manual-repho.pdf> Acesso em: 16/12/2019

RODRIGUES, Mauro Costa. **Entrevista cedida ao General Geraldo Luiz Nery da Silva entre 2,3 e 4 de maio de 2005**. In: MOTTA, Aricildes de Moraes.(org.) História Oral do Projeto Rondon. Tomo I. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2006

RODRIGUES, Mauro Costa. **História do Rondon Atualizada**. In: PIOVESAN, Linceo.(org.) Projeto Rondon-RS e Jeunesse Canada Monde:Uma parceria que deu certo. FACCAT, Taquara, 2008

ROSENBAUM, H. Jon. **Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development**. The American Journal of Economics and Sociology, v. 30, n. 2, 1971, p. 187-201. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3485387>

SANTOS, Alfredo Balduino. **Extensão Universitária como Viabilizadora de Políticas Públicas: A Visão de Acadêmicos da UDESC**. Dissertação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Alfredo%20Balduino%20Santos.pdf>

SCORZA, Rossana Filippon. **Sempre Marina Fedossejeva (1918-1984): trajetória de vida descrita por feitos e afetos**, UFRGS, Porto Alegre, 2018, p. 46-50, 151-152. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/199309>

SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. **Universidade brasileira: a intenção da extensão**. Edições Loyola, 1987.

SPIAZZI, Daiane Tonato. **Memorial Projeto Rondon: Um espaço de pesquisa, preservação e valorização da História do Projeto Rondon na UFSM**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/10991>

UFRGS; SEDUC-RS, COORDENAÇÃO REGIONAL SUL DO PROJETO RONDON. **Projeto: Preparação à implantação de programas de saúde nos estabelecimentos de ensino do 1º grau, na região do Vale do Alto Taquari**, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1973. Relatório Especial.

UFRGS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA- TERRITÓRIO DE RONDÔNIA; CAMPUS AVANÇADO-RO. **Operação Especial Escolar I**. Porto Velho, 1974

WOLFF, Mercedes Marchant. Entrevista cedida para Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues em 6 de dezembro de 2006. In: MOTTA, Aricildes de Moraes.(org.) História Oral do Projeto Rondon. Tomo II. BIBLIX, Rio de Janeiro, 2007

VERAS, Dimas Brasileiro. **Projeto Rondon e Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária: extensão universitária em tempos de ditadura militar**. 2017, Disponível em:http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488911127_ARQUIVO_Trabalhosnh2017.pdf